



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**NAFAVD: UM RETRATO DE UM SERVIÇO DE ATENDIMENTO A AUTORES DE
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO DISTRITO FEDERAL**

MARCOS VENICIUS DE OLIVEIRA SILVA

BRASÍLIA, DF

2015

Marcos Venicius de Oliveira Silva

**NAFAVD: UM RETRATO DE UM SERVIÇO DE ATENDIMENTO A AUTORES DE
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO DISTRITO FEDERAL**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
curso de Graduação em Serviço Social da
Universidade de Brasília como requisito para
obtenção do título de bacharel em Serviço Social.**

**Orientadora: Profa. Dra. Debora Diniz
Rodrigues.**

BRASÍLIA, DF

2015

SILVA, Marcos Venicius de Oliveira

NAFAVD: Um retrato de um serviço de atendimento a autores de violência doméstica no distrito federal/ Marcos Venicius de Oliveira Silva. – 2015.

83 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado) – Universidade de Brasília, Departamento de Serviço Social, Brasília, 2015.

MARCOS VENICIUS DE OLIVEIRA SILVA

**NAFAVD: UM RETRATO DE UM SERVIÇO DE ATENDIMENTO A AUTORES DE
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO DISTRITO FEDERAL**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
curso de Graduação em Serviço Social da
Universidade de Brasília como requisito para
obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.**

O candidato foi considerado _____ pela banca examinadora.

Brasília, 06 de outubro de 2015.

**Professora Doutora Debora Diniz Rodrigues
Orientadora**

**Professora Doutora Lívia Barbosa Pereira
Membro interno**

**Mestranda Bruna Santos Costa
Membro externo**

Dedico:

A Francisca de Oliveira, minha mãe.

A meus avós maternos, Joaquim e Maria Domingas.

Aos meus irmãos, João Marcos e Ana Caroline.

A Gizele Oliveira, quem me faz companhia.

E a tantas e tantos mais que colaboraram nesse percurso.

AGRADECIMENTOS

Os estudantes-pesquisadores estão no mundo. Por vezes podem elevar-se dele a fim de observar contextos e objetos, mas ainda assim estão no mundo. No mundo se relacionam, trocam, doam e recebem. Algumas trocas ocorrem em razão direta de seus ofícios: lerem as realidades, questioná-las, descrevê-las, interrogá-las. Outras trocas dizem respeito as suas reproduções materiais e imateriais, trocas necessárias à existência dos estudantes-pesquisadores. Dadas as divagações prévias, agradeço nas linhas que seguem pessoas com quem efetivei trocas diretamente relacionadas a esse produto, mas também agradeço às pessoas com as quais as trocas foram essenciais as vivências desse produtor.

Agradeço, com prioridade, a Profa. Debora Diniz, minha orientadora, por sua paciência. E ainda pelo seu compromisso e dedicação com o ofício de formar pesquisadores sensíveis, éticos e competentes. A Marina Sartori e Deysianne Oliveira, por compartilharem comigo, além da orientadora, medos, inseguranças e alívios.

A toda a equipe da pesquisa “MP Eficaz Lei Maria da Penha – Avaliação da efetividade da intervenção do sistema de justiça do Distrito Federal para a redução da violência doméstica e familiar contra a mulher”: João Neves; Fabiana Paranhos; Sandra Costa. Em especial as colegas da pesquisa de campo: Bruna Costa; Esther Weyl; Jéssica D’Avilla e Tamara Vaz; e a supervisora, Sinara Gumieri. Estendo o agradecimento à equipe da Anis - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, nas pessoas de Mayara Araújo, Juliana Paiva e Seânio Sales, pela recepção e colaboração em minha experiência na instituição.

A Maisa Campos Guimarães, gerente do NAFVD, pela generosidade em compartilhar informações importantes para o desenvolvimento deste trabalho.

As componentes da banca avaliadora deste trabalho, professora Dra. Lívia Barbosa Pereira e a mestrandia em Direito Bruna Santos Costa, por se dispuserem a participar desse momento. A professora Priscilla Maia de Andrade, pela notável colaboração para que este trabalho permanecesse sendo orientado pela professora Debora Diniz. Pela relação horizontal, cada dia mais rara entre docentes e discentes. Pela escuta e conselhos.

Sigo com os agradecimentos aos colaboradores indiretos – a este trabalho. Agradeço a Francisca de Oliveira, minha mãe, pelos infinitos sacrifícios – indissociáveis da condição de mãe sozinha – que ela teve que vencer pra que eu pudesse chegar aqui. A João Marcos, meu irmão, que sempre se sacrificou para que eu pudesse me dedicar aos estudos e por tantas outras parcerias que fazem de nós irmãos de sangue e vida. A Ana Caroline, minha irmã, a

mulher jovem que mais admiro, por tanto colaborar e apoiar. Agradeço a minha irmã Keiliane Silva em nome do apoio inconstante. Ao meu pai, onde estiver, pela ausência fundamental a minha formação sólida e resistente. A Gizele, quem me faz companhia afetuosa. Por me oferecer diariamente oportunidades de refletir sobre minha construção. Por ser o lado bom da minha vida. Agradeço a Maria de Jesus, tia materna, pelo apoio e incentivo incondicional. A Vanelma de Souza, tia paterna, sempre próxima quando necessário. A Wanderson, primo-irmão pelas parcerias. A minha família num todo, pela torcida e suporte.

A Raylane Stephany, por tudo, onde se destaca a assistência integral sem a qual o trajeto seria substancialmente mais difícil. Pela paciência e pelas conversas paralelas, essenciais. A Jéssica Gillian, pela fraternidade nordestina, compartilhamento de angústias e inseguranças. Pelos debates construtivos, por sua criticidade e inteligência. Por tanto agregar. A Daiara Leite, pela irmandade maranhense, pelos dissensos e consensos. Apoios e críticas. A Emanuelle Castro instigadora de tantas gargalhadas, pela valorosa companhia e inspiração vegetariana. A Bruno Sampaio, Lauana Cristina, Nathália Cipriano e Renato Duarte, por tantas risadas e assuntos aleatórios, que por tantas vezes foram lazer em meio a tanto labor.

A Maria Lúcia Araújo, pelos diálogos mais ricos e pelas opiniões mais valiosas. Por ser uma inspiração. Irmã de classe. Por ser uma generosa ouvinte. A Janaína Egler, pelas conversas acolhedoras, por compartilhar dos dramas e pelas sábias reflexões.

A Janaina Bezerra, Luciana Castro, Elaine Novaes, Stella Juliana e Irene Araújo, pelo apoio nas instituições por onde passei. Pelos conselhos. Pelas conversas sobre o mundo real e a academia. Sobretudo pela proteção.

A todas as trabalhadoras e aos trabalhadores que me proporcionaram com o suor de seus cotidianos o curso de graduação em Universidade Pública onde poucos dos seus filhos podem estudar. Aos estudantes militantes pela Assistência Estudantil, que com sua luta imprimiram na universidade condições de permanência para estudantes trabalhadores e pobres, como eu.

A todas as pessoas vítimas das construções de gênero, especialmente as mulheres e as meninas, mas sem esquecer homens e meninos. A todos os autores de violência que por algum motivo (voluntário ou compulsório) se puseram a ouvir sobre um mundo novo.

Um homem também chora

Um homem também chora

Menina morena

Também deseja colo

Palavras amenas

Precisa de carinho

Precisa de ternura

Precisa de um abraço

Da própria candura.

Gonzaguinha – Luiz Gonzaga do Nascimento Júnior

RESUMO

Este trabalho objetivou retratar o NFAVD a partir de relatórios psicossociais estabelecendo conexões com a literatura especializada. Caracteriza-se, portanto, por ser uma pesquisa qualitativa, documental e descritiva. A amostra foi constituída por 19 relatórios, contidos em processos iniciados entre os anos de 2007 e 2011. Foram observadas informações referentes à frequência dos usuários, metodologia dos atendimentos, descrição das metodologias, incidência da Suspensão Condicional do Processo nos encaminhamentos para o serviço, encaminhamento de ofendidas e as profissões que realizaram os atendimentos. Os dados foram coletados mediante aplicação de questionário aos relatórios psicossociais. Os resultados evidenciaram que a maior parte do (84%) do público do NFAVD são de autores beneficiados com a Suspensão Condicional do Processo. Notou-se que esses autores tem frequência maior se comparada a autores que não cumprem condição pra suspensão condicional. Foi identificado que predomina a metodologia de atendimento em grupo, embora atendimentos individuais também tenham sido registrados. Os atendimentos tiveram conteúdos semelhantes tratados com fim de proporcionar a desconstrução das percepções dos papéis de gênero, a reflexão sobre as estratégias de comunicação e responsabilização pela violência praticada. As ofendidas foram encaminhadas para o serviço em pouco mais de um terço (36%) dos casos. Nos atendimentos com as ofendidas as principais temáticas trabalhadas foram os papéis de gênero, autoimagem e comunicação não violenta. Embora a proposta do atendimento seja descrito como psicossocial e multidisciplinar, a Psicologia foi à profissão a frente dos atendimentos na totalidade dos casos analisados.

Palavras-chave: Autores de violência doméstica. Grupos de Reflexão. NFAVD.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Atribuições das profissões no NAFAVD.....	45
Tabela 2 – Distribuição da amostra de processos por ano.....	55
Tabela 3 – Incidência de processos com SCP na amostra da pesquisa.....	56
Tabela 4 – Encaminhamento para o NAFAVD como condição da SCP.....	58
Tabela 5 – Frequência aos atendimentos nos processos sem SCP.....	60
Tabela 6 – Frequência aos atendimentos nos processos com SCP.....	60
Tabela 7 – Partes encaminhadas para acompanhamento.....	61
Tabela 8 – Frequência das ofendidas aos atendimentos propostos.....	62
Tabela 9 – Profissionais que prestaram os atendimentos.....	64
Tabela 10 – Metodologias dos atendiemntos.....	65
Tabela 11 – Metodologias dos atendimentos prestados as ofendidas.....	70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEDAW – Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher

CDM-DF – Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal

DEAM – Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher

DODF – Diário Oficial do Distrito Federal

FONAJE – Fórum Nacional dos Juizados Especiais

ISER – Instituto de Estudos da Religião

JECRims – Juizados Especiais Criminais

LMP – Lei Maria da Penha

MPDFT – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

NAFAVD – Núcleo de Atendimento a Família e a Autores de Violência Doméstica

SerH – Serviço de Educação e Responsabilização para Homens Autores de Violência Doméstica

SEMIDH – Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos

SCP – Suspensão Condicional do Processo

TJDFT – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Sumário

Introdução	16
1 Atendimento aos autores de violência doméstica no Brasil	19
1.1 Panorama nacional do atendimento a autores de violência doméstica	19
1.2 A lei 9.099/95 e o atendimento aos autores de violência.....	23
1.3 A Lei Maria da Penha e o atendimento aos autores de violência	27
1.3.1 A Lei Maria da Penha.....	27
1.3.2 A integralidade da Lei Maria da Penha e os autores de violência.....	31
1.3.3 O atendimento aos autores de violência na Lei Maria da Penha.....	33
2 Diretrizes para os serviços de atendimento a autores de violência doméstica	36
2.1 A presença na ausência	36
2.2 As recomendações da SPM para os serviços de atendimento aos autores.....	36
2.3 Os parâmetros técnicos sugeridos pelo Instituto de Estudos da Religião – ISER	37
2.4 Considerações	40
3 O NAFAVD	42
3.1 O Atendimento a autores de violência doméstica no DF e o NAFAVD	42
3.2 Atribuições das profissões no NAFAVD.....	44
3.3 O NAFAVD retratado por outras lentes	46
4 Procedimentos metodológicos da pesquisa.....	50
4.1 Apresentação da pesquisa	50
4.2 A fonte dos dados	51
4.3 Coleta e análise de dados	52
4.4 Cuidados éticos	52
5 Um retrato do NAFAVD a partir de relatórios psicossociais.....	54
5.1 Considerações iniciais.....	54
5.2 A SCP e o atendimento a autores no NAFAVD	55
5.3 Encaminhamento para o NAFAVD: benefício ou punição?	56

5.4 Frequência aos atendimentos	58
5.4.1 O impacto da SCP na frequência aos atendimentos	60
5.5 Quando as ofendidas são encaminhadas	60
5.5.1 A frequência das ofendidas encaminhadas.....	62
5.6 Atendimento psicossocial uniprofissional	63
5.7 Metodologias dos atendimentos com autores	64
5.7.1 Descrição dos atendimentos	65
5.7.1.1 Acolhida	66
5.7.1.2 Atendimento Individual.....	66
5.7.1.3 Grupos de Reflexão	67
5.8 Metodologia dos atendimentos prestados as ofendidas	69
5.8.1 Descrição dos atendimentos prestados as ofendidas	70
5.8.1.1 Os grupos de reflexão com as ofendidas	72
Considerações Finais	74
Referências Bibliográficas	76
APÊNDICE	80
ANEXO I	81
ANEXO II.....	82

Introdução

A violência doméstica contra as mulheres é um fato do cotidiano que a cada dia preocupa e chama a atenção de um número maior de pessoas. No Brasil as ações de combate à violência doméstica são relativamente recentes. Embora a primeira Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher (DEAM) tenha sido instituída em 1985, somente em 2006 – 21 anos depois – o país instituiu uma legislação específica para o combate dessa violência.

Os movimentos feministas desde a década de 1970 tem colocado o combate à violência doméstica como pauta de reivindicação em suas lutas. Durante a década de 1990 a atuação do Estado brasileiro foi banalizada – no que diz respeito aos crimes com menor pena – com a cultura do pagamento de cestas básicas. O descaso das autoridades evidenciava que o fenômeno da violência doméstica não era interpretado conforme sua complexidade. A década de 1990 – paradoxalmente – marcou positivamente a luta contra a violência doméstica. O principal marco pode ser a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher adotada na cidade de Belém – PA, no ano de 1994. A convenção estabelece aos seus signatários várias iniciativas que a serem encampadas com a finalidade de erradicar a violência doméstica contra as mulheres. Dentre os vários pontos positivos o texto conceitua a violência de gênero.

Nesse contexto de combate a violência doméstica a figura dos autores¹ de violência tem sido deslocada nos debates à medida que avançam as discussões e surgem iniciativas do Estado e da sociedade civil para combater a essa forma de violência. Os autores por muito tempo se beneficiaram da ausência de legislação específica e de um sistema de combate efetivo a violência doméstica. Nesse período a luta das mulheres organizadas teve como objetivo encerrar uma série histórica de impunidade, pressionando o Estado a punir com rigor os autores. Em paralelo lutou-se pela proteção e assistência do Estado as mulheres ofendidas em contextos de violência doméstica. No entanto, a mesma categoria de análise (gênero) que denunciou as bases sociais e culturais da violência doméstica ofereceu recursos para que fosse apontada a necessidade de intervenção junto aos autores para além da responsabilização penal via privação da liberdade (AGUIAR, 2009).

¹ Neste trabalho se utilizará o termo “autor de violência doméstica” para nomear pessoas acusadas ou condenadas pelo cometimento de crimes contra mulheres. A Lei Maria da Penha usa a expressão “agressor”. Esse trabalho usa “autor” acompanhando a nomeação utilizada pelo NAFVD.

Observa-se que os autores de violência foram então movimentados nas discussões sobre o combate a violência doméstica. Primeiro protagonizaram a personificação da impunidade, em seguida passaram a alvos de uma demanda por aumento de penalizações para então alcançarem a dimensão de sujeitos passíveis de uma forma distinta de responsabilização onde o encarceramento não é a principal ideia. É nessa instância que se iniciam iniciativas que buscam atuar junto a autores de violência doméstica com fins de desconstruir nesses indivíduos percepções equivocadas fruto da construção de um gênero masculino hegemônico. Cabe sempre ressaltar que os autores aqui mencionados não dizem respeito à cometores de crimes reconhecidos – pelos códigos jurídicos nacionais – como graves. Fala-se aqui principalmente de autores de ameaças e lesões corporais não graves.

Dadas às mudanças no cenário de combate à violência doméstica o atendimento a autores de violência tem crescido em número de serviços e também de trabalhos que investigam as experiências de atuação com esses autores. Destaca-se que nesse estudo se entende por atendimento a autores de violência doméstica as ações de responsabilização prestadas por equipes multiprofissionais, com orientação de estudos feministas de gênero, às pessoas denunciadas por violência doméstica.

O citado crescimento dessas iniciativas não é cronológico tão pouco lógico – na acepção mais usual do termo. Isso por que na década de 1990 iniciam os primeiros serviços no país (ISER, 2012), mas só na primeira década dos anos 2000 é promulgada a lei (Lei Maria da Penha) que rompe com o histórico de impunidade desses autores e estabelece diversas formas de enfrentamento, dentre elas a previsão de encaminhamento de autores para centros de reabilitação – como disposto literalmente na lei. Importa observar que a lei (LMP) conjuga o rompimento com a impunidade e prevê no seu texto ações de reeducação que, portanto, extrapolam a tradicional privação de liberdade e direitos. Ou seja, ao mesmo tempo em que a efervescência de um debate geral sobre violência doméstica no país contribuiu para o avanço de várias ações, incluindo o atendimento aos autores, por outro lado essas iniciativas antecederam esse debate mais amplo.

As ações voltadas aos autores de violência constituem na atualidade uma das principais estratégias não punitivas de combate à violência doméstica. No Brasil os trabalhos com autores iniciaram com organizações não governamentais, dentre estas, algumas feministas (ISER, 2012). A incorporação do Estado tem se dado de modo gradual, mas hoje já representa a maioria das instituições oferecendo esse tipo de

intervenção (NOOS, 2014). O NAFAVD, a ser retratado nesse estudo, é um exemplo de serviço integralmente estatal.

O Distrito Federal conta com um serviço² público de atendimento a autores de violência desde 2003. O NAFAVD – Núcleo de Atendimento a Família e a Autores de Violência Doméstica, já foi objeto de algumas pesquisas (AGUIAR, 2009; BRANCO, 2010; FIGUEIRA, 2011; SANTOS, 2013) com recortes distintos. Portanto, este estudo busca preencher uma lacuna construindo um retrato do serviço a partir de relatórios psicossociais que descrevem acompanhamentos realizados com autores de violência e ofendidas³ atendidos no NAFAVD. O ineditismo desse estudo se constitui na fonte dos dados analisados. É o primeiro a observar o trabalho realizado junto aos autores de violência doméstica e ofendidas a partir dos relatórios que são produzidos ao fim dos acompanhamentos psicossociais.

Esse estudo se estrutura em um caminho que consiste em apresentar o panorama nacional atual dos serviços de atendimento a autores. Em seguida explora as imbricações do atendimento aos autores de violência doméstica com os estudos feministas de gênero, a lei 9.099/95 e a LMP. No capítulo 2 são analisadas as diretrizes que propõem como devem ser e funcionar os serviços de atendimento a autores de violência. No capítulo 3 é apresentado o NAFAVD onde se resgata parte do processo de sua fundação e são referenciados outros retratos produzidos por estudos anteriores. No capítulo 4 são descritos os procedimentos metodológicos empregados na realização desse estudo. No capítulo 5 são apresentados os resultados que constituem o retrato do NAFAVD, objetivo desse trabalho.

² Neste estudo as palavras “serviço”, “núcleo” e “programa”, bem como palavras que acrescentem características a essas citadas, fazem referência ao NAFAVD – Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica.

³ Neste estudo será utilizada a designação “ofendida” em contraposição ao termo “vítima”, citado na LMP inspirado no relatório da pesquisa “MP Eficaz Lei Maria da Penha – Avaliação da efetividade da intervenção do sistema de justiça do Distrito Federal para a redução da violência doméstica e familiar contra a mulher” que utiliza a mesma designação.

1 Atendimento aos autores de violência doméstica no Brasil

1.1 Panorama nacional do atendimento a autores de violência doméstica

O Brasil não dispõe de uma política nacional de atendimento a autores de violência. No ano de 2011 o DEPEN – órgão vinculado ao Ministério da Justiça – publicou a portaria nº 216 de 27 de maio que visou estabelecer critérios para o financiamento de serviços de educação e responsabilização de autores de violência doméstica, no entanto, esse fato se mostrou uma ação pontual por se tratar de financiamento em caráter temporário. Ainda assim, várias iniciativas de trabalhos com autores de violência são desenvolvidos nos diversos estados do país, conforme os estudos citados a seguir.

Em 2014 o Instituto NOOS publicou o relatório “Mapeamento de Serviços de atenção grupal a homens autores de violência contra mulheres no contexto brasileiro”. Adriano Beiras foi o pesquisador responsável. O estudo buscou realizar mapeamento dos serviços priorizando instituições que utilizam a abordagem de grupo, isolada ou combinada com atendimentos individuais. Foram localizados 25 serviços. Após contato inicial foram enviados questionários. A pesquisa obteve 19 questionários respondidos que representaram 9 estados brasileiros, dentre os quais nenhum é da região nordeste. O relatório ressalta que alguns serviços contatados estavam temporariamente inativos.

A pesquisa aponta que o surgimento desses serviços se concentra em dois períodos, entre 2003 e 2011 quando surgiram 36,8% dos programas e a partir de 2012, quando surgiram 31,6%. O surgimento de serviços a partir de 2012 pode estar vinculado a diferentes iniciativas do governo federal, como a publicação de diretrizes gerais pra organização desses serviços ou ainda a concessão de financiamento pelo DEPEN, no entanto, o estudo não apresenta informações que confirmem tais hipóteses. No que se refere à natureza das instituições o relatório apresenta que a maioria (68,4%) são governamentais, sendo 21% ONG's e 10,5% são parcerias público-privadas. Sobre os objetivos no geral as iniciativas buscam a responsabilização dos autores com indução a reflexões sobre como as masculinidades hegemônicas são construídas e a relação delas com a violência doméstica. Busca-se também oferecer aos participantes maneiras pacíficas para resolução de conflitos. Os fundamentos teóricos – que embasam as atividades – mais citados foram: Gênero, Masculinidades, Direitos Humanos e Feminismos, com destaque na categoria gênero para a autora Joan Scott, citada com maior frequência (NOOS, 2014).

A forma de atendimento que predomina é a que combina atendimentos individuais com a realização de grupos (68,4%). A maioria dos serviços (68%) tem um número estipulado previamente de atendimentos que variam de 05 a 20 dependendo da instituição, sendo que a maioria das instituições defende a realização de 12 a 16 encontros. A coordenação dos grupos costuma ser realizada por profissionais de ambos os sexos (57,9%), seguido pelos grupos coordenados somente por homens (36,8%). Observou-se certo equilíbrio entre os grupos em que os autores podem ingressar a qualquer tempo (52,6%) e aqueles que são fechados para a entrada de novos membros após o início das atividades (42,1%). O relatório afirma existirem diversas metodologias, mas ressalta a predominância para a realização de encontros semanais com dinâmicas pautando diversos temas correlatos a proposta de responsabilização (NOOS, 2014).

O público-alvo dos serviços são homens, em geral, mas uma experiência observada atende a grupos mistos (mulheres e homens) e há ainda instituições que oferecem grupos distintos para homens e mulheres. Quanto ao acesso dos autores aos serviços, o encaminhamento compulsório (36,8%) e o acesso espontâneo (36,8%) predominam, seguidos pelos serviços que recebem autores de ambas as formas. No que se refere ao financiamento dos programas, há o modelo de autofinanciamento, comum a órgãos públicos como as prefeituras, alguns programas são executados por um órgão público, mas financiado por outro, e há ainda o caso de ONG's financiadas pelo Governo ou outras instituições privadas (NOOS, 2014).

Sobre os profissionais, a grande maioria (94,7%) dos serviços os remunera pelo trabalho prestado. Os profissionais recebem capacitações iniciais e periódicas em 84% dos serviços pesquisados. Quanto aos critérios de ingresso replicam-se os dados referentes ao acesso, os serviços que só atendem autores encaminhados compulsoriamente (36,8%) e os que só atendem autores que participam espontaneamente têm equivalência (36,8%). As demais instituições (26,3%) atendem autores encaminhados e que busquem espontaneamente os serviços. A maior parte (68,4%) das instituições que atendem os autores também presta atendimento paralelo às ofendidas e filhos. Mais de 94% das instituições informam que os serviços são avaliados (NOOS, 2014).

O mapeamento, além de disponibilizar um retrato quantitativo e qualitativo, expôs as dificuldades apontadas pelas instituições participantes da pesquisa. As principais dificuldades elencadas dizem respeito à fragilidade dos programas, que

podem ser extintos ou suspensos diante de mudanças políticas e de governos. A ausência de políticas públicas federais e problemas internos de organização dos serviços. Os profissionais também mencionaram algumas percepções sobre o trabalho com autores de violência. Apontaram o encaminhamento obrigatório como um desafio em razão da resistência do autor em participar das atividades. Por outro lado, o trabalho em rede foi mencionado como fundamental para se alcançar bons resultados (NOOS, 2014).

Pereira (2014), com objetivo de investigar a atuação do poder público brasileiro diante dos autores de violência doméstica, também realizou levantamento dos serviços de atendimento em todo o país. A autora identificou 37 serviços, a maioria (19) funcionando em Tribunais de Justiça. Ela observou a escassez desses serviços já que só estão presentes em 11 estados e no DF – num total de 27 cidades contempladas. A autora constatou que a maioria dos serviços tem como estratégia de atendimento a realização de Grupos de Reflexão. Ressaltou que esse modelo tem apresentado bons resultados porque os usuários não têm reincidido, nesse sentido, fez referência aos trabalhos realizados nos Tribunais de Justiça de São Luís – MA e São Gonçalo – RJ.

Analisando o programa ‘Mulher, viver sem violência’, instituído em 2013 pelo Governo Federal e coordenado pela SPM-PR, Pereira observou que não houve previsão de atuação com os autores de violência doméstica. Embora ratifique a necessidade e importância da ampliação e aperfeiçoamento dos serviços de atendimento destinados às ofendidas, a autora avalia que a ausência do autor como objeto das políticas de combate a violência doméstica poderá resultar na continuidade das taxas de agressões, tendo em vista que o agente ativo da violência doméstica não é priorizado (2014).

O estudo ainda apresentou trechos de entrevistas realizadas com profissionais de diferentes categorias que trabalham em diferentes serviços no estado de São Paulo. A respeito da LMP algumas falas se assemelham em afirmar que a lei não foi implementada integralmente. Sobre os serviços, a falta de profissionais e o fato das varas especializadas não terem sido criadas são apontados como barreiras para a oferta de um serviço de maior qualidade. A ausência de formação profissional específica para atuação nos serviços também foi um ponto mencionado. Para a autora um profissional que não tenha recebido formação adequada além de não prestar o serviço com a qualidade devida, também incorre no risco de se frustrar com o insucesso das intervenções, o que segundo ela, pode desencadear adoecimento, inclusive (PEREIRA, 2014).

Pereira (2014) conclui qualificando as iniciativas como econômicas e de grande potencial. Nesse sentido, tendo em vista a constatação de escassez de serviços – se comparados aos serviços de assistência às ofendidas – aponta para urgente necessidade de se ampliar a oferta de atendimento aos autores de violência doméstica, como uma das principais estratégias de prevenir a reincidência.

Amado (2014) investigou como os serviços de atendimento a autores se estruturam e funcionam no Brasil, analisou publicações e realizou entrevistas com representantes dos serviços além de “ouvir” outros atores envolvidos na questão.

Como resultados constatou que no estado do Rio de Janeiro em alguns tribunais as equipes multidisciplinares acumulam as funções de assessorar os magistrados e realizar grupos com autores. O autor (AMADO, 2014) questiona se essa condição pode em alguma hipótese propiciar o ambiente de confiança entre as equipes e os autores.

Amado (2014) teve acesso aos planos de trabalho das instituições que foram selecionadas pelo DEPEN para desenvolverem ações com financiamento do órgão. Observou que as propostas são diferentes, apesar de possuírem aspectos semelhantes. Nesse sentido, ressaltou a diversidade de termos (“educação, reeducação, reabilitação e responsabilização”) apresentados para designar os serviços. Destacando duas conotações possíveis para o termo “responsabilização”, que pode conotar punição, mas também o alcance da consciência de responsabilidade pela violência, em função das reflexões propostas nos serviços. Para o autor as diferentes acepções caracterizam a postura e os objetivos de cada serviço. Ainda nesse aspecto, observou as diferentes alocações dos serviços no poder executivo e até no judiciário, podendo estar sob responsabilidade de secretarias de Estado de Direitos Humanos, como em órgãos responsáveis pela administração penitenciária – como ocorre a nível nacional com o DEPEN. Mencionou ainda a forma como os serviços nomeiam os autores – se agressores ou autores, para ele todas essas características também determinam como cada serviço trata a questão do atendimento aos autores. Apesar das particularidades a categoria Gênero é destacada como transversal a todos os documentos analisados.

Amado (2014) observou que o destino do autor de agressões semelhantes é distinto de acordo com o estado em que se processa a agressão. As intervenções com os autores também variam de acordo com a localidade. Para o autor, o atendimento a autores é questão subvalorizada seja pelos movimentos de mulheres e por consequência pela SPM-PR. Segundo autor quando a SPM-PR apenas propõe diretrizes se exime de participar ativamente o que faz com que as políticas de penas alternativas se tornem o

berço das iniciativas de atendimento aos autores. No entanto, para Amado também nas políticas de penas alternativas o atendimento aos autores é desprezado. Assim, afirma que os serviços de atendimento a autores se encontram estagnados e atribui tal situação – entre outros motivos – ao fato dos movimentos de mulheres serem o grande motor de reivindicação na área de violência doméstica e esses não incluírem os autores em suas reivindicações. Para o autor, o maior investimento do Governo Federal em políticas de penas alternativa poderá mudar o cenário atual.

Os três estudos referenciados apresentam o cenário brasileiro dos serviços de atendimento a autores de violência doméstica. Algumas semelhanças entre os resultados merecem destaque. A baixa quantidade serviços foi mencionada nas três referências. Também a metodologia de grupos de reflexão, bem como, o encaminhamento compulsório de autores, os atendimentos como penas alternativas e a categoria Gênero como subsídio para intervenções.

A apresentação do cenário brasileiro é ponto de partida para exposição de tópicos constitutivos do atendimento a autores de violência doméstica no Brasil. O movimento aqui proposto é partir do universal ao particular. Conhecemos a realidade nacional e as nuances observadas nessa paisagem para nos dirigirmos à realidade do DF e assim produzir um retrato com recorte nessa realidade local. Assim, nos tópicos a seguir são explorados três aspectos que se relacionam o atendimento a autores de violência doméstica no país. São eles: a categoria Gênero, a lei 9.099/95 e a LMP.

1.2 A lei 9.099/95 e o atendimento aos autores de violência

A lei 9.099/95 instituiu os JECrims – Juizados Especiais Cíveis e Criminais, com competência para julgar os crimes de menor potencial ofensivo. A delimitação dos crimes de que trata a lei se baseia nas respectivas penas previstas que não podem superar 2 anos, conforme art. 61 da norma. Os JECrims surgiram a partir da constatação de que o judiciário se ocupava atendendo grande demanda de conflitos originados de atos de menor potencial ofensivo, que poderiam ser resolvidos de forma mais simples e rápida. Desse cenário urge a emergência de um sistema especial que tratasse desses conflitos e desafogasse o judiciário para que este tratasse de questões mais graves e complexas (TOZATTE, 2015).

Assim os JECrims caracterizam-se por buscar a reparação dos danos da parte ofendida baseado no consenso e acordo, afastando a aplicação de penas privativas de liberdade. Os princípios norteadores dos juizados são a economia processual, oralidade,

simplicidade, informalidade e celeridade. Todos os princípios compõem a estratégia de tornar o processamento de crimes de menor potencial ofensivo, rápido, desburocratizado e econômico (TOZATTE, 2015).

Com objetivo de oferecer resposta aos conflitos que são da competência dos juizados, a lei prevê medidas despenalizadoras observando a premissa de afastar a determinação de penas privativas de liberdade. As medidas – também nomeadas institutos – são a Composição Civil, Transação Penal e Suspensão Condicional do Processo, respectivamente dispostas nos artigos 74, 76 e 89. Enquanto a composição civil prevê a participação ativa da pessoa ofendida, situação em que se busca acordo entre as partes, na transação e suspensão os “acordos” se dão com os promotores e juízes, promotores ofertam e juízes homologam (TOZATTE, 2015).

Vale ressaltar que a lei 9.099/95 foi um avanço importante por aglutinar dois objetivos progressistas, conferir celeridade ao judiciário e afastar as penas privativas de liberdade. No entanto, no que se refere à violência doméstica, como ressaltou Saffioti (1999), a lei veio agravar a situação já observada antes de sua promulgação. Debert e Oliveira (2007) analisando pesquisas que investigaram a demanda dos juizados especiais observaram que os JECrims se tornaram destino de grande parte das ocorrências de violência doméstica. Isso se deu em razão do critério previsto para elencar os crimes de competência dos juizados, que equivaleram à violência eventual, de caráter leve, as ocorrências de violência doméstica contra as mulheres, geralmente de caráter cíclico (CAMPOS, CARMEN HEIN DE; CARVALHO, 2006).

Campos e Carvalho (2006), antes da promulgação da LMP, problematizaram o critério para definição de crime de menor potencial ofensivo, uma vez que, observando somente as penas previstas, os crimes relacionados à violência doméstica não foram observados conforme suas especificidades e real potencial ofensivo para as ofendidas e a sociedade como um todo.

Assim as medidas despenalizadoras de Composição Civil e Transação Penal foram responsáveis pelo estabelecimento do fenômeno denominado “Penas de Cestas Básicas”, mas é a SCP que tem relação direta com o atendimento a autores de violência doméstica, sobretudo por que foi essa medida que permaneceu sendo aplicada enquanto as demais deixaram de ser aplicadas após a promulgação da LMP. Ressalta-se que ainda antes da LMP a SCP já era aplicada em substituição a Transação Penal. Nesse sentido, Acosta e Soares (2012) apontam que no fim da década de 1990 um Juizado Especial Criminal da cidade de São Gonçalo – RJ passou a adotar o encaminhamento de autores

de violência doméstica, mediante SCP, em substituição ao procedimento comum nos JECrims, a Transação Penal. Essa referência é um marco do início da relação entre SCP e atendimento a autores de violência doméstica, no Brasil.

No DF Aguiar (2009) – autor que narra à origem do NAFAVD – ressalta que já nos primeiros meses de funcionamento do núcleo⁴, um juiz e um promotor, atuantes em um Juizado Especial Criminal da cidade em que funcionava o serviço⁵, solicitaram que o NAFAVD atendesse ofendidas e autores encaminhados pelo juizado. O autor cita que o promotor argumentou que os crimes de violência doméstica representavam 80% das demandas do juizado. Aguiar não faz referência a SCP, mas afirma que os autores encaminhados ao núcleo cumpriam medida alternativa mediante processamento no JECrim. Nesse sentido, se infere que o cenário retratado represente o marco da relação entre o atendimento a autores de violência e a lei 9.099/95 no DF.

No ano de 2006 é promulgada a LMP que no seu art. 41 veta a aplicação da lei 9.099/95 para crimes de violência doméstica contra a mulher. Se o encaminhamento para autores, no DF como no Brasil, estava assentado na possibilidade de medida alternativa com base na lei 9.099/95, em tese com a promulgação da LMP o cenário deveria ter sido abolido, observando o mecanismo que funcionava até então. No entanto não foi o que ocorreu.

Costa (2014) analisou processos enquadrados na LMP no período de 2006 a 2012 e observou que a SCP seguiu sendo aplicada aos processos com violência doméstica contra a mulher, enquadrados na nova lei. Diversas razões dispostas pelos operadores do direito (promotores e juízes) justificaram a continuidade da SCP em crimes de violência doméstica contra a mulher, dentre elas o argumento de que o art. 41 não atinge a SCP. Nesse sentido, o magistrado usou como exemplo o art. 17 que veda expressamente a determinação do pagamento de multas e cestas básicas no âmbito LMP. Outra justificativa apontou que a SCP poderia ser aplicada nos crimes não previstos na lei dos JECrims, desde que correspondessem aos critérios estipulado no art. 89 da lei em referência⁶.

⁴ O NAFAVD foi implantado em outubro do ano de 2003.

⁵ O núcleo iniciou com uma unidade que funcionava nas dependências do fórum da cidade de Samambaia-DF, a qual se referiu o autor, no trecho referenciado.

⁶ “Art. 89. Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena ([art. 77 do Código Penal](#)).” (BRASIL, 1995)

Costa (2014) mostrou que as contestações a LMP supracitadas – e outras – foram a julgamento em 2012 pelo Superior Tribunal Federal – STF, onde os ministros apreciaram a Ação Direta de Constitucionalidade – ADC nº 19 e a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 4.424. Enquanto ADC nº 19 solicitava a confirmação da constitucionalidade da LMP, a ADI nº 4.424 questionou a constitucionalidade da lei em alguns de seus artigos⁷, dentre eles o art. 41. Em julgamento o STF afirmou a constitucionalidade da LMP, o que para o debate em voga, significa que a lei 9.099/95 e seus instrumentos não devem ser utilizados em crimes de violência doméstica contra a mulher. Diante da decisão do STF o MPDFT não poderia mais oferecer aos autores a SCP que inviabilizaria seu encaminhamento com acompanhamento judicial via medida alternativa, no entanto, não foi o que ocorreu como observou a autora.

Costa (2014) evidenciou que mesmo após a decisão do STF a SCP continuou sendo instituída em processos de violência doméstica contra a mulher no DF. Em 3, de 22 casos analisados, a autora notou que apenas um o membro do MPDFT se dedicou a justificar a aplicação do instituto da SCP. Entre as razões expostas, o promotor afirmou que o julgamento do STF não tinha como objetivo específico a SCP e que por essa razão a decisão não inviabilizaria a utilização de tal recurso. Defendeu a SCP como uma alternativa econômica para o Estado e de maior potencial protetivo que eventual sentença que dependeria de condições processuais favoráveis, como provas e testemunhas. A extração do instituto do universo da lei 9.099/95 também compôs o argumento, bem como, a afirmação da maior efetividade da SCP com encaminhamento para serviços de atendimento e acompanhamento judicial do que eventual privação de liberdade do autor.

A SCP no DF é uma realidade consolidada de tal modo que o MPDFT através da Escola Superior do Ministério da União – ESMPU, estabeleceu parceria com a ANIS – Instituto de Bioética Direitos Humanos e Gênero, para realização da pesquisa intitulada “MP Eficaz Lei Maria da Penha – Avaliação da efetividade da intervenção do sistema de justiça do Distrito Federal para a redução da violência doméstica e familiar contra a mulher”. A pesquisa teve como objetivo analisar como a SCP incidiu no processamento de crimes enquadrados na LMP no período de 2006 a 2012.

O levantamento – pelo MPDFT – da quantidade de processos tipificados na LMP categorizados pela incidência ou não da SCP evidencia a dimensão da aplicação

⁷ Artigos 12, inciso I, 16 e 41 da LMP. Fonte: <http://www.compromissoeatitude.org.br/decisao-stf-adc-19-e-adi-4424-09022012/> Acesso em: 15/05/2015.

do instituto no DF. De um total de 1863 processos, 551 (30%) tiveram a aplicação da SCP. A pesquisa analisou 5% do de processos identificados pelo MPDFT, de modo que não foi possível determinar a totalidade de autores encaminhados para serviços de atendimento. No entanto, no universo de 94 processos analisados em 37 – o que representa 39% – os autores foram encaminhados a serviços de atendimento. Por outro lado, na amostra de processos sem incidência da SCP somente em 7% dos processos os autores foram encaminhados (ANIS, 2014). Esses dados evidenciam a vinculação do instituto da SCP com o atendimento com autores de violência no DF. Em nível nacional os levantamentos nacionais mostram que o encaminhamento compulsório de autores via SCP é uma realidade consolidada (AMADO, 2014; NOOS, 2014; PEREIRA, 2014).

1.3 A Lei Maria da Penha e o atendimento aos autores de violência

1.3.1 A Lei Maria da Penha

A LMP é um marco na história do combate a violência doméstica no Brasil. Possivelmente por esse motivo tenha sido (e ainda é) tema de tantos debates, alguns anteriores a sua promulgação como é o caso do ativismo de parte dos juízes⁸ que integravam o Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE. Durante o processo de construção do projeto de lei que viria a se consolidar na LMP, componentes do fórum se opuseram a exclusão dos crimes de violência doméstica contra mulher do rol de crimes de menor potencial ofensivo de competência dos JECrims (LAVIGNE, 2011).

Calazans e Cortes (2011) – recuperando o histórico que levou a promulgação da LMP – apontam que os movimentos feministas no Brasil desde a década de 1970 pautavam a necessidade da violência contra as mulheres ser visibilizada a fim de se oferecer combate ao fenômeno. As autoras citam como marco da luta, nos anos 1970, a campanha “quem ama não mata”. Na década de 1980 o marco é a criação da primeira Delegacia Especializada de Atendimento as Mulheres – DEAM e na década de 1990 o destaque é que a temática da violência contra as mulheres passou a foco central do ativismo feminista.

⁸ Lavigne (2011) mostra que os juízes resistiram de diversas formas a vedação – no projeto de lei em construção – da aplicação da lei 9.099/95 nos casos de violência doméstica contra a mulher, de modo que os juízes defendiam com convicção a permanência dos crimes de violência doméstica contra as mulheres nos JECrims. A autora ainda observou que em um juizado de violência doméstica e familiar no RJ, alguns juízes ainda seguiram contestando a LMP à medida que se utilizavam de dispositivo presentes na lei vetada.

Segundo as autoras o cenário de luta institucional na década de 1990 era composto por legislações pontuais⁹ que interferiam em algum grau na questão da violência doméstica além de projetos de lei¹⁰ que tramitavam o no Congresso Nacional. Se aprovadas essas leis provocariam algumas mudanças no contexto de atenção à violência contra as mulheres, mas não mudanças radicais. Há ainda que ponderar que nem todas as propostas em tramitação estavam em consonância com o que defendiam os movimentos feministas¹¹. Em uma avaliação geral – para as autoras – de tudo que se havia conquistado em termos de legislação e do que estava em debate, os artifícios legais se tratavam de paliativos que não incidiam com contundência na questão da violência contra as mulheres, mantendo a necessidade que os debates fossem aprofundados e de que iniciativas enérgicas fossem adotadas pela sociedade brasileira (CALAZANS; CORTES, 2011, p. 41).

O marco do início dos trabalhos que levaram a promulgação da LMP é o veto ao substitutivo do projeto de Lei 2.372/2000 de autoria da Deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ), que propunha o afastamento do autor de violência da residência. Diante do fato, um grupo de organizações feministas se reuniu com a meta de construir um anteprojeto de lei que tratasse especificamente da violência doméstica e familiar. Esse grupo composto por várias organizações feministas se denominou Consórcio¹². Em julho de 2002 se iniciaram os trabalhos e no fim de 2003 o anteprojeto já era

⁹ “A Lei 7.209/1984 alterou o artigo 61 do Código Penal, estabelecendo entre as circunstâncias que agravavam a pena ser ele praticado contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge. A Lei 8.930/1994 estabeleceu que o estupro e o atentado violento ao pudor eram crimes hediondos. Já a Lei 9.318/1996 agravou a pena quando o crime era praticado contra criança, velho, enfermo ou mulher grávida. Em 1997 foi sancionada a Lei 9.520, revogando o artigo 35 do Código de Processo Penal que estabelecia que a mulher casada não podia exercer o direito de queixa sem consentimento do marido, salvo quando estivesse dele separada ou quando a queixa fosse contra ele, podendo o juiz suprir o consentimento caso o marido se recusasse a fazê-lo. O assédio sexual, após intensas discussões e *advocacy* feminista foi incluído no Código Penal pela Lei 10.224/2001.” (CALAZANS; CORTES, 2011, p. 39-40).

¹⁰ Ao todo tramitavam seis projetos de Lei: PL 905/1999; PL 1.439/1999; PL 2.372/2000; PL 3.901/2000; PL 5.172/2001 e PL 6.760/2002. (CALAZANS; CORTES, 2011).

¹¹ O PL 905/1999 do Deputado Freire Júnior (PMDB/TO) propunha que a conciliação entre a mulher agredida e o autor de violência deveria se conduzir pelo conciliador ou juiz argumentando-se em defesa da paz familiar. “O juiz ou conciliador deveria apresentar às partes ‘os benefícios da conduta familiar pacífica, os direitos e deveres de cada ente da família, firmando-se o pacto de cessação da violência, que será assinado pelas partes e homologado pelo juiz’”. (CALAZANS; CORTES, 2011, p. 41).

¹² “Frente ao desafio de ver uma lei integral de combate à violência, dentro do movimento de mulheres, seis organizações não governamentais feministas idealizaram um Consórcio de ONGs Feministas para Elaboração de Lei Integral de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres. O Consórcio foi formado pelas organizações CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria; ADVOCACI – Advocacia Cidadã pelos Direitos Humanos; AGENDE – Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento; CEPIA – Cidadania, Estudos, Pesquisa, Informação, Ação; CLADEM/BR – Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher; e THEMIS – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, bem como por juristas e feministas especialistas no assunto”. (CALAZANS; CORTES, 2011, p. 43).

apresentado a bancada feminina do Congresso Nacional e a ministra da SPM-PR, que acatou a proposta e determinou a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial – GTI (CALAZANS; CORTES, 2011).

O anteprojeto já aglutinava muitos dos avanços¹³ verificados no texto final da LMP, no entanto, na passagem do texto pelo GTI uma questão central para as organizações feministas foi alterada sob influência da participação dos juízes pertencentes ao FONAJE¹⁴, que propuseram a continuidade da Lei 9.099/95 para tratar de crimes de violência doméstica contra a mulher, proposta que foi aceita pela SPM-PR. Com essa alteração o texto seguiu para o Congresso. Na Comissão de Seguridade Social e Família, sob a relatoria da Deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ) o projeto foi revisado e debatido, incluindo circuito de audiências públicas em vários estados do país. Ao fim do processo um projeto substitutivo foi apresentado, o qual compunha novas ideias resultantes dos debates com mais instituições e movimentos de mulheres de todo o país. A Lei 9.099/95 foi proibida no texto do projeto e esse seguiu até a sanção do Presidente da República em 7 de agosto de 2006 (CALAZANS; CORTES, 2011).

A promulgação da LMP representa uma conquista dos movimentos feministas e de mulheres do Brasil que através de muitas lutas obtiveram sucesso estabelecendo no sistema jurídico nacional uma lei nova em conteúdo e perspectiva. Campos (2011) narra como a Teoria Feminista travou lutas a fim de incluir as mulheres e suas demandas nos debates jurídicos e como invariavelmente acúmulos dessa saga – feminista – foram concretizados na LMP.

Campos e Carvalho (2011, p. 144) citam que a LMP foi reconhecida pela ONU como um instrumento efetivo de combate a violência doméstica contra as mulheres. Segundo as autoras os motivos para o reconhecimento consistem principalmente no fato da lei agregar os tratados internacionais sobre o tema da violência contra a mulher e possuir uma abordagem integral do fenômeno.

¹³ “Resumidamente o estudo do Consórcio continha as seguintes propostas: a. conceituação da violência doméstica contra a mulher com base na Convenção de Belém do Pará, incluindo a violência patrimonial e moral; b. criação de uma Política Nacional de combate à violência contra a mulher; c. medidas de proteção e prevenção às vítimas; d. medidas cautelares referentes aos agressores; e. criação de serviços públicos de atendimento multidisciplinar; f. assistência jurídica gratuita para a mulheres; g. criação de um Juízo Único com competência cível e criminal através de Varas Especializadas, para julgar os casos de violência doméstica contra as mulheres e outros relacionados; h. não aplicação da Lei 9.099/1995 – Juizados Especiais Criminais – nos casos de violência doméstica contra as mulheres.” (CALAZANS; CORTES, 2011, p. 44).

¹⁴ Para ver mais sobre a participação do grupo de juízes do FONAJE, consultar: Caso Fonaje: o ativismo de juízes integrantes do Fórum Nacional dos Juizados Especiais – Fonaje no processo de elaboração da Lei Maria da Penha. Rosane M. Reis Lavigne (2011).

Os tratados internacionais a que se referem às autoras são a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, que ficou conhecida como a Convenção da Mulher - CEDAW, e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, Convenção de Belém do Pará de 1994, respectivamente por iniciativa da Organização das Nações Unidas – ONU, e a Organização dos Estados Americanos - OEA.

A CEDAW representou o primeiro esforço de nível internacional em delegar responsabilidades aos Estados nacionais signatários. A convenção trabalhou em duas frentes: “promover os direitos da mulher na busca da igualdade de gênero e reprimir quaisquer discriminações contra a mulher nos Estados-parte” (BRASIL, 2006b, p. 14). Aduz-se que a palavra “violência” não compôs o texto da convenção. No entanto, é possível reconhecer influências do texto da CEDAW na LMP. É exemplo a dimensão preventiva que tem a LMP.

Já a Convenção de Belém do Pará, citada no artigo 1º da LMP, dentre outras influências, inspirou a conceituação de violência de gênero disposta no art. 5º da LMP que determina que no âmbito da referida lei considerar-se-á violência doméstica e familiar contra a mulher quaisquer atitudes, ou ausência delas, que amparadas no gênero provoquem morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico e dano moral ou patrimonial (BRASIL, 2006a). Além disso, os artigos 5º, 6º, 7º e 8º, da referida convenção, possuem conteúdos notáveis no instrumento legal brasileiro.

Faz se aqui um destaque com adendo: é pertinente que a LMP reproduza conteúdos da Convenção de Belém do Pará, uma vez que essa convenção teve como órgão responsável a OEA, a mesma instituição que na Comissão Interamericana de Direitos Humanos condenou o Brasil em função da inadvertência das instituições brasileiras com o caso da brasileira Maria da Penha Maia Fernandes. A condenação fez o país então cumprir:

[...] as convenções e tratados internacionais dos quais era signatário: a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), ratificadas pelo país, respectivamente, em 1984 e 1995 (VERAS; CUNHA, 2010, p. 4).

Como referenciado ambas as convenções, ratificadas pelo Brasil, influenciaram os caminhos tomados pelo Estado brasileiro, mas a Convenção de Belém do Pará, dada sua especificidade, é que mais repercutiu na promulgação da LMP. A convenção

também delega ações aos Estados signatários que sugerem uma abordagem integral do fenômeno, tal como observado na LMP.

1.3.2 A integralidade da Lei Maria da Penha e os autores de violência

A perspectiva de atenção integral ao fenômeno da violência doméstica contra a mulher, citado no reconhecimento da ONU a LMP, resulta na ampliação do escopo de incidência da legislação para além das medidas tradicionais concernentes ao Direito Penal. Significa dizer que a LMP carrega consigo um leque de possibilidades de intervenção sobre o fenômeno da violência doméstica e familiar contra a mulher materializada nas iniciativas de prevenção, combate e assistência, sistematizados na conexão das instituições jurídicas com a rede de serviços prestados pelo Estado e por demais organizações da sociedade (CAMPOS, CARMEN HEIN DE; CARVALHO, 2011).

Sobre esse aspecto as autoras Campos e Carvalho enfatizam que essa característica concede a LMP o poder de extrapolar o Direito Penal fundando um sistema jurídico “autônomo que deve ser regido por regras próprias de interpretação, de aplicação e de execução da Lei” (CAMPOS; CARVALHO, 2011, p. 144).

O texto da lei evidencia que além de objetivar punir autores de violência, tem igual prioridade em prevenir novas ocorrências de violência, prestar assistência e proteção às mulheres afligidas em contextos violentos.

No quesito punição aos autores, a parte da lei que ambiciona equalizar a resposta da Justiça (penal) com a complexidade do fenômeno da violência doméstica e familiar contra a mulher, se destacam os artigos 43 e 44.

O art. 43 acrescenta um agravante de pena ao Código Penal nas circunstâncias em que o autor de violência tiver agido “com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica”. O art. 44 determina redução da pena mínima de 6 meses pra 3 meses e aumento da pena máxima de 1 ano para 3 anos, nos casos de que tratam o § 9º. Ainda fora acrescentado o § 11 que aumenta a pena em 1/3 caso a ofendida em violência doméstica seja pessoa com deficiência (BRASIL, 2006a).

O uso do Direito Penal via aumento de penas e inclusão de agravantes é instrumento importante, se levar em conta que as penas previstas no conjunto de normas punitivas se relacionam com a gravidade dos crimes – também previstos. Assim o fato do crime de lesão corporal contra a mulher ter sua pena prevista ampliada pode soar

para sociedade que o Estado e seu respectivo sistema normativo jurídico reconhecem a gravidade da violência física contra a mulher. Pode-se supor ainda que tais mudanças contribuam para diminuição do sentimento de impunidade e de que as violências contra as mulheres eram assunto pouco grave. Anterior às modificações supracitadas o crime de lesão corporal contra mulheres era interpretado aquém da sua dimensão de gravidade, tendo em vista se tratarem de agressões cíclicas marcadas por outras formas de violência, como a psicológica e moral.

O caráter preventivo da LMP pode ser observado no art. 8º, que dispõe sobre as Medidas Integradas de Prevenção, onde algumas propostas possuem, concomitantemente, uma perspectiva imediata e de longo prazo, na medida em que propõe a abolição de estereótipos que legitimam a violência contra a mulher nos meios midiáticos e ações educativas direcionadas ao “público escolar”, ou seja, as mulheres e homens do futuro:

III - o respeito, nos meios de comunicação social, dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma a coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e familiar, de acordo com o estabelecido no inciso III do art. 1º, no inciso IV do art. 3º e no inciso IV do art. 221 da Constituição Federal;

V - a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres;

[...]

VIII - a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia;

IX - o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher. (BRASIL, 2006).

Seguindo a perspectiva da integralidade da LMP se tem a vertente protetivo-assistencial, referente a serviços e ações direcionados as ofendidas em contextos de violência doméstica. Uma amostra dessa vertente se observa no título III capítulo II, que trata da “Assistência à mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar”, o caput do art. 9º expressa:

A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso. (BRASIL, 2006).

Observa-se a partir do fragmento que o fenômeno da violência doméstica e familiar contra a mulher, não só passou a ser visibilizado no âmbito da justiça, como

passou a objeto de trabalho de pastas diversas do Estado brasileiro. Na seara da assistência as mulheres em situação de violência destacam-se ainda as referências ao atendimento pelos profissionais de Segurança Pública, artigos 10 a 12 da referida lei, e assistência judiciária, artigos 27 e 28. As Medidas Protetivas de Urgência, previstas para ofendidas e autores são uma inovação importante, como qualificam Campos e Carvalho (2011).

Como evidenciado de fato a LMP tem um caráter integral na medida em que se mostra enquanto uma legislação que não existe apenas pra combater a violência doméstica contra a mulher punindo autores, mas também prevendo a assistência às ofendidas e seus familiares, e apostando na desconstrução dos papéis hegemônicos de gênero que legitimam a violência contra a mulher, especialmente no espaço doméstico. A integralidade da LMP é ampla a tal ponto de além das vertentes supracitadas abarcarem os autores de violência em abordagens diversas como demonstrado a seguir.

1.3.3 O atendimento aos autores de violência na Lei Maria da Penha

A atenção dispensada aos autores de violência doméstica como expressão da integralidade da LMP se localiza em medidas exclusivas para os autores, mas também naquelas que abarcam as ofendidas e seus familiares. O ponto de partida pode se observar no art. 29 da LMP que previu que deveriam ser criados os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e que esses deveriam contar com equipes para atendimentos multidisciplinares compostas por profissionais das “áreas psicossocial, jurídica e de saúde”. Em seguida o art. 30 estabelece as competências da equipe multidisciplinar:

Compete à equipe de atendimento multidisciplinar, entre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito ao juiz, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, mediante laudos ou verbalmente em audiência, e desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas, voltados para a ofendida, o agressor e os familiares, com especial atenção às crianças e aos adolescentes. (BRASIL, 2006a).

O art. 30 estabelece que as equipes multidisciplinares tenham duas funções, além daquelas que podem ser atribuídas por legislações locais. Essas equipes deveriam assessorar juízes, promotores e defensores públicos, mas também atuar junto às mulheres, os autores e familiares, em prol do bem estar dessas pessoas, realizando orientações, encaminhamentos e outras medidas possíveis (BRASIL, 2006a). Esse artigo quando prevê o autor de violência como beneficiário de iniciativas que excedem

o contexto penal, inaugura uma nova forma – previsto em lei – de tratar o autor de violência doméstica contra a mulher no Brasil.

O art. 35 inciso IV prevê que os poderes executivos de todas as esferas poderão criar centros de educação e reabilitação para os autores de violência doméstica. Já o art. 45 altera o art. 152 da lei 7.210 de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, incluindo um parágrafo único: “Nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação” (BRASIL, 2006a).

A possibilidade de criação de instituições para prestarem atendimento aos autores e a previsão legal de encaminhamento desses aos respectivos serviços, que se propõem reeduca-los e provocar neles reflexão, é uma iniciativa que compõe os motivos pelo qual a LMP é elogiada e qualificada como instrumento progressista, no entanto, Calanzas e Cortes ressaltam que esse ponto foi motivo de embates durante o processo de construção do PL que foi apresentado ao Congresso e posteriormente originou a LMP:

Em muitos estados, por exemplo, a discussão sobre as medidas em relação ao agressor foi polêmica. Para algumas feministas e organizações não era cabível a previsão de centros de reeducação para os agressores, penas alternativas ou justiça terapêutica, pois essas ações iriam dividir recursos que deveriam ser destinados para as políticas para as mulheres em situação de violência. Outros grupos já pensavam exatamente o oposto e defendiam a ideia de que essa questão (tratamento/reflexão para agressores) deveria fazer parte da política de enfrentamento à violência como forma de propiciar um espaço para os homens refletirem sobre sua conduta, discutirem os papéis atribuídos aos homens e mulheres, evitando a reincidência (2011, p. 50).

Cabe ressalva no sentido de esclarecer que a Lei de Execução Penal, alterada pela LMP, tem por propósito efetivar sentenças, no entanto, conforme já abordado no tópico referente à lei 9.099/95, observa-se que os encaminhamentos estão se dando no âmbito do instituto da SCP previsto no art. 89 da lei dos JECrims e não como previsto na LMP, através da lei 7.210/84.

Sobre o encaminhamento dos autores Moraes e Ribeiro (2012) em pesquisa realizada em Grupos de Reflexão para autores de violência em Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher na cidade do Rio de Janeiro identificaram que os homens participantes dos grupos interpretam a determinação de comparecimento aos grupos, não como benefício, mas como pena – o que demonstra que os autores não conseguem assimilar o quão progressista é a proposta:

A participação no *Grupo de Reflexão* também pode ser considerada pelos autores como uma forma de solucionar um problema com a Justiça. É vista

como “uma saída” que “vale a pena”, já que seria uma opção melhor do que a de continuar com o processo, ir às audiências e tentar provar a sua inocência. (2012, p. 49).

Diante das considerações expostas observa-se que a LMP é um instrumento jurídico arrojado dado sua capacidade de capilaridade das nuances do complexo fenômeno da violência doméstica no Brasil. Tal arrojo – certamente – decorre do rico processo de construção da proposta da lei, como – brevemente – abordado no início deste tópico. O resultado desse processo é uma legislação de abordagem integral para o fenômeno, onde são observadas as demandas das ofendidas, a necessidade de rigor na punição dos autores, mas também estratégias para transformação social. Nessas estratégias estão previstas o atendimento a autores de violência, ou seja, uma proposta nova de intervenção direta no agente da violência doméstica. No entanto, ressalta-se que a LMP propôs – não tem poder de obrigar o Estado a cumprir – a implementação dos serviços¹⁵ o que aponta a necessidade de contínua luta política pela integral efetivação da lei. Aduz-se ainda que a LMP faz sugestões amplas de modo que não detalha como seriam esses serviços, nesse aspecto é que esse estudo recupera os documentos posteriores a lei que vieram justamente determinar com detalhes os parâmetros para funcionamento dos serviços.

Após acessar a realidade nacional do atendimento aos autores de violência, observando seus principais aspectos, no capítulo a seguir são tratados documentos com diretrizes que orientam como esses serviços deveriam se organizar e atuar. O conhecimento desses documentos permite verificar em que medida o NAFVD tem se adequando as diretrizes propostas.

¹⁵ Sobre o caráter sugestivo inscrito na LMP no que tange implementação das Equipes Multidisciplinares Kato coloca: “A teor do art. 32 da Lei, em sintonia com o art. 99, §§1º e 2º, incisos I e II, da CRFB, o Poder Judiciário, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, poderá prever recursos para a criação e manutenção da equipe de atendimento multidisciplinar, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias. A melhor hermenêutica para os citados dispositivos é no sentido de que a expressão poderá deve ser interpretada como imposição constitucional e legal de se respeitar a autonomia do Poder Judiciário em face dos outros Poderes. Em outras palavras, ao Poder Judiciário cumpre o dever de implementar as medidas legais em questão, porque lhes são pertinentes.” (2011, p. 352).

2 Diretrizes para os serviços de atendimento a autores de violência doméstica

2.1 A presença na ausência

O Brasil não dispõe de uma política de atendimento aos autores de violência doméstica, tampouco instituiu um programa ou plano destinado a tal objetivo. Também não há regulamentação federal para a prestação dessa forma de assistência aos denunciados e condenados por violência contra as mulheres.

No entanto, existem duas iniciativas com a intenção de nortear serviços que já funcionam ou que venham a ser implantados. Uma delas parte de um órgão vinculado ao Governo Federal na figura da SPM-PR e a outra contou com o apoio do DEPEN, órgão vinculado ao Ministério da Justiça. A seguir são elencadas as recomendações de cada publicação e em tópico posterior os conteúdos de ambas são relacionados e comentados.

2.2 As recomendações da SPM para os serviços de atendimento aos autores

Em 2011 a SPM-PR, publicou o documento Rede de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres. O anexo 2 do referido traz as Diretrizes Gerais dos (para) Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor.

As diretrizes apontam o acompanhamento das sentenças do judiciário para os autores e a realização de atividades de cunho educativo e pedagógico como objetivo primeiro dos serviços de atendimento. Os serviços devem ter “caráter obrigatório”, mas em hipótese alguma devem prestar assistência, jurídica ou social, ou tratamento psicológico aos autores. Nesse sentido enfatizam que os serviços devem buscar a “desconstrução de valores [...] machistas” observando as bases sociais e culturais em que está fundada a violência doméstica. No marco das diretrizes os serviços de atendimento aos autores compõem a rede de enfrentamento a violência contra a mulher, mas devem estar vinculados aos tribunais de justiça estaduais e do DF e aos órgãos responsáveis pela administração penitenciária em cada local (SPM-PR, 2011).

O documento prevê 7 atividades específicas a serem desempenhadas pelos serviços. As principais tratam da realização de ações com os autores – como a condução de grupos e encaminhamentos para outros serviços da rede; do assessoramento do judiciário por meio de relatórios; da formação continuada da equipe prestadora dos

atendimentos; e da alimentação de bancos de dados acerca das atividades desempenhadas. Sobre a estrutura física as diretrizes mencionam que os serviços podem possuir sedes próprias ou funcionar em espaço vinculado ao judiciário ou poder executivo dos estados, desde que não coexistam em espaços em que serviços de atendimento às ofendidas atuam (SPM-PR, 2011).

No que se refere ao financiamento o documento aponta o DEPEN como financiador das iniciativas. Há ainda a preocupação com o monitoramento dos serviços. Nesse sentido fica previsto que mesmo diante da diversidade de metodologias de atendimento é necessário o estabelecimento de indicadores que possam ser verificados a fim de avaliar os serviços. Dados quantitativos e qualitativos deverão subsidiar a avaliação dos serviços. Estes deverão ser coletados junto aos autores, às ofendidas e demais atores envolvidos (SPM-PR, 2011).

As diretrizes definem ainda a composição das equipes que devem estar à frente dos serviços. Estas devem possuir no mínimo um coordenador, 2 profissionais de ensino superior, 2 estagiários de nível superior, um auxiliar administrativo, um recepcionista e um motorista, além de profissionais de segurança. Os profissionais de ensino superior devem ter formação em Serviço Social, Pedagogia, Psicologia ou Ciências Sociais. Os estagiários, além das profissões já citadas, podem ser estudantes do curso de Direito. As diretrizes preveem a realização de reuniões para avaliação dos serviços e ressaltam a interdisciplinaridade como indispensável para o desenvolvimento das ações (SPM-PR, 2011).

2.3 Os parâmetros técnicos sugeridos pelo Instituto de Estudos da Religião – ISER

No ano seguinte a publicação das Diretrizes Gerais dos Serviços de Educação e Responsabilização do Agressor pela SPM-PR, o Instituto de Estudos da Religião – ISER – em parceria com a Coordenação Geral do Programa de Fomento às Penas Alternativas do DEPEN – publicou o Documento base para a elaboração de parâmetros técnicos para os serviços de educação e responsabilização de homens autores de violência doméstica contra as mulheres.

O ISER criou em 2008 o Serviço de Educação e Responsabilização para Homens Autores de Violência Doméstica – SerH. O serviço foi implementado primeiro na cidade de Nova Iguaçu – RJ. O serviço atende autores de violência em Grupos Reflexivos de Gênero. Os principais objetivos são levar os usuários a reflexão a partir

das temáticas da violência doméstica, gênero e masculinidades. A proposta é viabilizar a responsabilização dos autores oferecendo a eles formas não violentas de convívio.

Em 2011 a instituição realizou levantamento dos serviços de atendimento a autores em alguns juizados no estado do Rio de Janeiro, ocasião em que identificou a diversidade de propostas e execuções, bem como, ausência de ferramentas para avaliação dos efeitos dos atendimentos prestados. Tal constatação motivou a instituição a publicar o documento que resulta da experiência na condução do SerH e conjuga os aprimoramentos alcançados no período de funcionamento do serviço. A proposta da publicação é oferecer aos serviços já implementados uma fórmula estruturada e já aplicada para que esses “se assemelhem nos padrões de qualidade”, tendo em vista o cenário observado nos serviços desenvolvidos em alguns juizados do estado do Rio de Janeiro (ISER, 2012).

Assim conforme o documento o órgão ou organização que oferece o serviço deve dispor de no mínimo 4 espaços distintos: recepção, espaço para entrevistas, para realização dos grupos e o espaço para coordenação do serviço. Há previsão de material de apoio, além da mobília e utensílios de escritório, equipamentos de informática e aparelhos audiovisuais, para realização das atividades em grupo. A equipe para cada comunidade de 200.000 pessoas deve ser composta de 14 profissionais, sendo: 1 diretor; 1 coordenador; 1 advogado; 1 secretário financeiro e administrativo; 2 supervisores; 4 facilitadores e 4 estagiários. Para preenchimento da equipe se recomendou profissionais de Serviço Social, Direito, Ciências Sociais, Educação e Psicologia. Há ainda a previsão de uma equipe a parte para desenvolver a avaliação do serviço. A equipe deve ser composta de 3 pesquisadores, 1 recepcionista e 2 estagiários (ISER, 2012).

O documento elenca uma extensa lista de atribuições em que algumas são comuns aos diferentes componentes da equipe e outras são características de algumas profissões e ocupações específicas, como: conduzir a pauta das reuniões técnicas e de coordenação – diretor e coordenador; manter o controle da área administrativa – secretário; representar o SerH junto ao Juizado Especial, ao Ministério Público e à Defensoria Pública – advogado; conduzir os grupos reflexivos – facilitadores; produzir relatórios de cada encontro dos grupos – estagiários; ministrar aulas teóricas e práticas durante a capacitação continuada da equipe – supervisores; analisar os dados produzidos pela equipe – pesquisadores e estagiários de pesquisa (ISER, 2012).

Está previsto que todos os membros da equipe que compõe o serviço – incluindo administrativo e de pesquisa – deverão receber capacitação básica que será teórica,

técnica e vivencial e terá duração de 50 horas. Aduz-se que as capacitações devem prever vagas para profissionais de outros serviços da rede que atuam com autores e ou ofendidas. Também estão previstas capacitações continuadas e a criação de um conselho consultivo que promova o “acompanhamento externo do serviço” (ISER, 2012).

No que se trata dos usuários, eles podem chegar aos serviços encaminhados pelos órgãos de justiça, rede de atendimento ou ainda espontaneamente. A normas gerais para atendimento dos autores prevê que antes da inserção nos grupos sejam realizadas 3 entrevistas. Essas têm como função recepcionar, acolher e promover vínculos com os usuários. Ouvir a história apresentada pelo autor e fazer uma avaliação geral sobre as possibilidades de atendimento, também constam como prioridades das “Entrevistas Iniciais”. Quanto aos grupos de reflexão, as normas estabelecem que os temas a serem trabalhados possam ser definidos entre equipe e participantes, mas alguns são indispensáveis e transversais, são eles: “Relações de gênero; Violência de gênero; Violência e conflito entre parceiros íntimos e nas relações interpessoais; Masculinidades e Feminilidades”. Os grupos serão realizados num mínimo de 24 encontros semanais de duas horas e meia cada. Para o funcionamento regular dos grupos o documento recomenda o estabelecimento de “compromisso de convivência” entre a equipe e os atendidos. Alguns termos do compromisso de convivência são variáveis, mas dois são fixos: o estabelecimento de um pacto de não violência e previsão da quebra de sigilo dos profissionais para o juiz mediante descoberta de prática de novos atos de violência (ISER, 2012).

As recomendações do ISER ainda contemplam a postura dos facilitadores que devem ser profissionais comunicativos capazes de desenvolver as temáticas de maneira dinâmica, observar os indivíduos e o grupo num todo, exercer autoridade sem ser autoritário e ainda ser capaz de respeitar as individualidades fazendo as desconstruções necessárias. A rede também é lembrada pelo documento, segundo o texto para o funcionamento efetivo do SerH é fundamental que ele esteja baseado em uma rede sólida e com diversos equipamentos muito bem articulados, de modo que os eventuais encaminhamentos sejam efetivos (ISER, 2012).

As últimas recomendações dizem respeito ao processo de Intervisão, apresentação dos referenciais teóricos do SerH e sugestões para avaliação do serviço. O ISER optou pelo termo intervisão em oposição à supervisão por crer que toda a equipe – e não um membro específico – tem responsabilidade pela reflexão e avaliação dos processos de trabalho. Assim são eleitos 2 membros da equipe que são os responsáveis

por conduzir o processo de intervenção, situação em que os processos de trabalho são refletidos e analisados (ISER, 2012).

Os referenciais teóricos do SerH são extraídos do texto “Conversas Homem a Homem: Grupo Reflexivo de Gênero” de autoria de Fernando Acosta, Antônio Andrade Filho e Alan Bronz publicado no ano de 2004 pelo Instituto NOOS. O documento do ISER reproduz o texto do Instituto NOOS. No trecho, é citada a Somatopsicodinâmica de Frederico Navarro, abordagem que vincula pensamentos e demais conteúdos mentais a sensações corpóreas a partir da qual o autor desenvolveu os “actings”, que são ações que conjugam corpo e mente. Nos grupos, os facilitadores conjugam actings a temas e sugerem que os participantes os executem. As expressões manifestadas pelos participantes durante a execução são observadas e registradas pelos profissionais. Segundo o texto do Instituto NOOS, a forma particular de cada autor realizar os actings diz respeito aos modos dos autores de expressarem vivências pela linguagem corporal de cada um. Ainda reproduzindo o texto do Instituto NOOS o ISER referenciou as Técnicas Narrativas. Segundo essa metodologia os indivíduos ao narrarem suas histórias consensualmente no contexto de grupo em que estão inseridos, tem a oportunidade de descobrirem novos significados associados às vivências de violência e em decorrência podem mudar a relação com esse problema (ACOSTA; SOARES, 2012; apud ACOSTA; FILHO; BRONZ, 2004;).

A última recomendação do documento faz referência a como deve ocorrer o processo de avaliação e monitoramento do serviço. Nesse tópico os autores elencam várias questões e procedimentos que podem ser úteis a avaliação dos serviços, mas ressaltam que a avaliação deve ser orientada observando as metas a serem alcançadas. Entre as fontes de dados sugeridas estão entrevistas com ofendidas, autores e familiares no início e fim da participação dos autores (ISER, 2012).

2.4 Considerações

Observando o conteúdo das duas publicações fica evidente a complexidade e profundidade do documento publicado pelo ISER (2012) com base na experiência acumulada no desenvolvimento do SerH, frente as diretrizes propostas pela SPM-PR.

No entanto, algumas considerações devem ser pontuadas. As diretrizes publicadas pela SPM-PR fazem jus ao título da publicação porque cumprem o objetivo anunciado, estabelecer orientações amplas e gerais acerca de como devem funcionar serviços de atendimento a autores de violência doméstica. Vale ainda ressaltar que as

diretrizes da SPM-PR resultam do workshop Discutindo os Centros de Educação e Reabilitação do Agressor realizado no ano de 2008.

O documento do ISER apresenta um serviço em funcionamento e objetiva informar detalhes que possam subsidiar a instalação de serviços semelhantes ou adequação de serviços já em funcionamento. Como observado, o documento de fato disponibiliza várias informações num processo em que apresenta o SerH e recomenda como devem ser implantados serviços semelhantes com base na experiência desenvolvida pelo ISER.

Observa-se que ambos os serviços conjugam a necessidade de enfrentar as bases sociais e culturais da violência doméstica com a demanda de responsabilizar os autores de violência. No ímpeto de conciliar a dupla função se observa que o SerH promove a fusão operando a responsabilização dos autores orientado pelos acúmulos teóricos dos estudos feministas de Gênero. Outras semelhanças que são observadas dizem respeito à previsão de capacitação e qualificação constante das equipes, o encaminhamento dos autores – quando observada a necessidade – a serviços da rede de atendimento. A necessidade da diversificação profissional nas equipes. A relevância de um espaço físico adequado. A importância do treinamento contínuo das equipes.

Ressalta-se que dado à especificidade da unidade de análise desse estudo, não será possível estabelecer relações a fim de verificar todos os quesitos propostos em ambas às diretrizes, tendo em vista que não se alcança com esse estudo a totalidade de informações que descrevam o NAFVD. No entanto, no que concerne especificamente a proposta e conteúdos dos atendimentos, bem como, as profissões que os realizam, será possível verificar em que medida o retrato do NADAVD se assemelha as previsões e sugestões contidas nas diretrizes analisadas.

3 O NAFVD

A seguir é apresentado o serviço a partir de outros retratos disponibilizados em estudos anteriores. Inicia-se pelo resgate histórico que descreve como surgiu o serviço. Em seguida são apresentadas as competências profissionais dentro dos serviços. E por último são referenciadas pesquisas anteriores que já exploraram o NAFVD com focos diferentes desse estudo.

3.1 O Atendimento a autores de violência doméstica no DF e o NAFVD

Embora se tenha pontuado como avanço na LMP a previsão de assistência/atendimento a autores de violência no texto da lei, se ressalta que no DF 3 anos antes da promulgação da LMP já era implementado um serviço que continha entre seus objetivos atender autores de violência, o NAFVD.

O NAFVD foi criado em 2003, idealizado pelo Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal – CDM-DF. A primeira unidade do núcleo foi instalada no Fórum de Samambaia. Quando da criação do NAFVD o DF já contava com a Casa Abrigo. Foram os profissionais dessa instituição que identificaram que sendo a violência doméstica um fenômeno relacional, não bastava que as mulheres recebessem toda assistência (no âmbito da Casa Abrigo) quando elas retornariam para ambientes e ou companhias de pessoas que não passaram por qualquer intervenção, seja quando voltassem à companhia do autor ou mesmo dos filhos, que eventualmente não foram abrigados. (AGUIAR, 2009).

O NAFVD tornou-se o serviço de referência no atendimento a autores de violência no DF, mas não é o único que atende esse público, escolas de psicologia de universidades privadas também prestam serviço semelhante. O NAFVD atualmente está vinculado a Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – SEMIDH. São 10 núcleos espalhados pelo DF, principalmente nos edifícios das Promotorias de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT e dos fóruns do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF, instituições que são parceiras da SEMIDH na implementação do NAFVD.

O NAFVD presta atendimentos e realiza acompanhamentos psicossociais a mulheres, autores de violência e familiares. Crianças e adolescentes também são

atendidos. São realizados atendimentos individuais, de casais e grupais¹⁶. Os atendimentos em grupo são, geralmente, direcionados aos autores de violência. Os Grupos de Reflexão têm como objetivo induzir seus participantes a reflexão acerca de questões relacionadas aos conflitos nas relações com as mulheres, que podem ser esposas, ex-companheiras, mães, irmãs e filhas. Dentre as temáticas trabalhadas estão a Lei Maria da Penha, a comunicação nas relações e questões sobre Gênero¹⁷. Conforme notícias da SEMIDH os atendimentos realizados pelo NAFAVD têm crescido exponencialmente a partir do ano de 2013¹⁸.

Segundo Maisa Campos Guimarães, gerente do NAFAVD, até o ano de 2011 a equipe de profissionais do núcleo era composta majoritariamente por psicólogos. Até esse período apenas 2 assistentes sociais compunham o quadro do serviço. A nomeação de servidores da Carreira de Especialista em Assistência Social para o quadro do NAFAVD, ainda no ano de 2011, trouxe a primeira profissional com formação em Pedagogia além de profissionais de Psicologia. Guimarães explicou que não foram contratados profissionais de Serviço Social por que não havia mais candidatos no cadastro de reserva do referido concurso.

A diversificação do quadro de profissionais do NAFAVD ocorre a partir do mês de setembro de 2013, quando um Convênio¹⁹ estabelecido entre o núcleo e o DEPEN, permitiu a realização de processo seletivo para contratação de servidores em caráter temporário²⁰. Foram contratados além de uma coordenadora e profissionais de Psicologia (10), uma antropóloga, 2 sociólogas, 6 pedagogas e 7 assistentes sociais. O contrato temporário se encerrou no mês de maio de 2015. Segundo Guimarães atualmente o NAFAVD passa por reestruturação, após a saída da equipe temporária. Ressalta-se que a equipe efetiva do serviço conta com agentes sociais, psicólogas, pedagoga e técnicos administrativos.

¹⁶ A este trabalho interessa prioritariamente os atendimentos realizados com os autores de violência.

¹⁷ Reeducação de autores de violência avança no DF. Disponível em: <http://www.mulher.df.gov.br/noticias/item/2521-reeduca%C3%A7%C3%A3o-de-autores-de-viol%C3%Aancia-avan%C3%A7a-no-df.html>. Acesso em 08/06/15.

¹⁸ Atendimento nos Nafavd cresce mais de 300% em três anos. Disponível em: <http://www.mulher.df.gov.br/noticias/item/2534-atendimentos-no-nafavd-crescem-mais-de-300-em-tr%C3%AAs-anos.html>. Acesso em 08/06/15.

¹⁹ Convênio nº 145/2011, pode ser consultado no site do Ministério da justiça.

²⁰ Processo Seletivo Simplificado 2013. Disponível em: <http://www.mulher.df.gov.br/processo-seletivo-2013.html>. Acesso em: 08/06/15.

Ressalta-se que os relatórios acessados por esse estudo não foram abrangidos no recorte temporal em que a equipe do NAFAVD foi reforçada mediante convênio estabelecido com o DEPEN. Assim, a diversidade de profissionais apresentada no tópico a seguir não corresponde a recorte temporal – 2007 a 2011 – que se inserem as unidades de análise desse estudo.

3.2 Atribuições das profissões no NAFAVD

Os serviços prestados pelo NAFAVD e os respectivos objetivos já foram expostos, mas como as profissões são mobilizadas no âmbito do serviço? Uma resposta genérica a essa indagação se constrói a partir do Edital do processo seletivo realizado através do convênio celebrado pela instituição com o DEPEN, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF.

A tabela 01, confeccionada com base nas informações contidas no Edital mostra que a maioria das atribuições é comum a todas as profissões. Observa-se a formação de dois grupos que aglutinam atribuições idênticas. Psicologia, Serviço Social e Pedagogia, além das atividades comuns a todas as profissões, são responsáveis por realizar acolhimentos, elaborar relatórios e promover encaminhamentos. Sociologia e Antropologia, além das atividades comuns a todas as profissões, são responsáveis por “avaliar as condições sociais e comunitárias onde estão inseridos os NAFAVDs [e participarem] no processo de avaliação e monitoramento do projeto”. (DODF, 2013, p. 188).

Tabela 01: Atribuições das profissões no NFAVD

Atribuições	Profissões
Realizar acolhimentos em grupo e/ou individual.	Psicologia, Serviço Social e Pedagogia.
Participar da elaboração e promoção de grupos reflexivos e educativos.	Atividade comum a todas as profissões
Participar da articulação e contatos com a rede de atendimento.	Atividade comum a todas as profissões
Registrar as atividades desempenhadas.	Atividade comum a todas as profissões
Realizar visitas domiciliares e/ou institucionais, quando necessário.	Atividade comum a todas as profissões
Participar das reuniões técnicas	Atividade comum a todas as profissões
Elaborar e encaminhar relatórios técnicos para os órgãos competentes.	Psicologia, Serviço Social e Pedagogia.
Promover encaminhamentos para a rede social.	Psicologia, Serviço Social e Pedagogia.
Participar de palestras e campanhas de divulgação relacionadas à temática da violência contra a mulher.	Atividade comum a todas as profissões
Avaliar as condições sociais e comunitárias onde estão inseridos os NFAVDs.	Sociologia e Antropologia.
Participação no processo de avaliação e monitoramento do projeto.	Sociologia e Antropologia.
Fonte: Diário Oficial do Distrito Federal nº 81, de 19 de abril de 2013²¹.	

As informações constantes na tabela podem gerar questionamentos se “cruzadas” com as informações das pesquisas que estudaram o NFAVD, principalmente por que o profissional de Psicologia aparentemente figura como única especialidade vinculada à atividade fim do serviço. Embora as atribuições sugiram que pedagogas, assistentes sociais e psicólogas possam desempenhar as mesmas funções no núcleo. A esse conflito cabe ressaltar que parte das pesquisas supramencionadas foram realizadas antes do processo seletivo que diversificou o quadro de servidores. Mesmo com a diversificação a Psicologia seguiu sendo a profissão com maior número de

21

Disponível

em:

http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2013/04_Abril/DODF%20N%C2%BA%20081%2019-04-2013/Se%C3%A7%C3%A3o03-%20081.pdf. Acesso em 08/06/15.

profissionais, bem como, aquela com maior experiência acumulada no serviço, visto que está presente no quadro desde a fundação do NAFVD.

3.3 O NAFVD retratado por outras lentes

Durante a pesquisa bibliográfica para realização deste trabalho foram identificados alguns estudos que tiveram o NAFVD como objeto de pesquisa sob focos distintos, portanto, resultando em retratos diferentes. Serão aqui recuperados brevemente, os achados conquistados por estes pesquisadores. Os trabalhos estão dispostos em ordem cronológica.

Aguiar (2009) realizou pesquisa com metodologia qualitativa com instrumento de follow-up com 7 homens que participaram de grupos de reflexão oferecidos no NAFVD. O objetivo do trabalho foi identificar através das falas dos participantes quais eram as percepções deles sobre os grupos e se os conteúdos a que tiveram acesso provocaram mudanças em seus cotidianos e relações. Os participantes foram ouvidos em dois momentos, primeiro individualmente, depois todos participaram de um grupo focal.

A pesquisa mostrou que os participantes avaliaram os grupos como espaço positivo onde foram ouvidos e se sentiram bem pra falar das ocorrências de violência. Para eles os grupos deveriam abordar questões relativas igualdade entre os gêneros na relação. Pontuaram a importância dos atendimentos se estenderem as famílias e a necessidade dos grupos serem abertos para homens que desejem acessar espontaneamente (AGUIAR, 2009).

O trabalho de Aguiar não se propôs a realizar uma avaliação ampla da eficácia das intervenções com método de grupo no NAFVD, no entanto, embora não sejam resultados que possam representar toda a população de autores entendidos no núcleo, à pesquisa trouxe expectativas otimistas sobre a intervenção com autores de violência através dos grupos de reflexão, mostrando que os participantes reproduziram um discurso que aponta para apropriação das discussões suscitadas nos grupos. Ressalta-se que Aguiar, que é psicólogo, quando promoveu a pesquisa era servidor do quadro de profissionais do NAFVD. Aguiar foi responsável por implementar os grupos de

reflexão na instituição²². Resta latente a possibilidade de se realizar um levantamento abrangente junto aos participantes a fim de ter verificada a taxa de reincidência²³.

Em seguida Branco (2010) publicou o artigo A Prática do Psicólogo em um Programa de Atendimento a Famílias em Situação de Violência, que foi resultado de pesquisa realizada com 4 psicólogos do NAFVD. Os dados foram obtidos através de entrevistas semiestruturadas com os participantes. O objetivo da pesquisa foi além de descrever o trabalho desses profissionais, compreender a avaliação que esses faziam de sua atuação. A pesquisa mostrou que os profissionais enxergam nos seus trabalhos importante contribuição para que as famílias avaliem suas atitudes e alcancem novos patamares relacionais. No entanto, esses profissionais apresentam insegurança a respeito da definição objetiva do papel do psicólogo no serviço. Os encaminhamentos a equipamentos da rede de serviços assistenciais e o trabalho interdisciplinar foram ressaltados como valiosos para o sucesso dos atendimentos. As parcerias com o MPDFT e o TJDFT foram avaliadas como importantes, mas a verticalização na comunicação com essas instituições foi pontuada como ponto a ser superado. (BRANCO, 2010).

Branco (2010), tal qual Aguiar (2009), também era funcionária do NAFVD a época de sua pesquisa. Se Aguiar buscou a opinião dos usuários a respeito do serviço, Branco se dedicou a investigar como os profissionais enxergam o núcleo. Os achados são importantes no sentido de apresentar entraves que a equipe enfrenta na tarefa de prestar um serviço de qualidade, dentre eles a relação com outras instituições Ressalta-se que os profissionais do núcleo apontem a importância de outras instituições sugerindo que mesmo no âmbito de um serviço planejado para um demanda já verificada, algumas necessidades possam estar aquém do aporte do NAFVD.

Figueira (2011) publicou o trabalho intitulado O Atendimento aos Autores da Violência Conjugal Contra a Mulher: um Estudo de Caso, em que objetivou conhecer a opinião dos homens usuários a respeito dos atendimentos de que participaram no NAFVD. O estudo de caso foi realizado na unidade do NAFVD localizada na cidade de Paranoá-DF. Os dados foram obtidos através de entrevistas semiestruturadas realizadas com 10 usuários. Figueira verificou que parte dos usuários não conseguiu

²² O histórico da implementação se encontra registrado no trabalho aqui referenciado (AGUIAR, 2009).

²³ Uma possibilidade seria cruzar informações das Delegacias de Polícia com relatos de mulheres que sofreram violências. O cruzamento viria a proporcionar maior confiabilidade aos dados obtidos, uma vez que só os relatos das mulheres poderiam não dimensionar o universo real da reincidência, posto que se elas não convivessem mais com os autores não poderiam, portanto, informar se os mesmos reincidiram em novas relações. Além da possibilidade daquelas que seguiram com os autores amenizar e ocultar novas ocorrências. Os dados das Delegacias viriam a preencher lacunas possíveis nos relatos das mulheres consultadas.

avançar na compreensão de suas responsabilidades nas agressões e foram justamente esses os homens que reconheceram o NAFVD como um espaço seguro para que eles exponham suas visões. Esses mesmos homens como expressão de sua não mudança de perspectiva, atribuíram às companheiras, ex-companheiras e a LMP, a culpa pelos encaminhamentos que os levaram ao serviço (FIGUEIRA, 2011).

A pesquisa de Figueira (2011) teve um objetivo semelhante ao de Aguiar (2009), no entanto, com metodologia e resultados diferentes. Estudos como esse poderiam ser replicados nas outras unidades como modo de oferecer parâmetro para que o NAFVD possa se avaliar e consequentemente promover alterações necessárias caso o resultado encontrado pela autora se replique em outras unidades do serviço. Uma discussão referente à divergência de resultados mediante a utilização de metodologias diferentes pode ser proposta a fim de melhor refletir sobre os achados de pesquisa nos trabalhos citados.

Na metodologia utilizada por Aguiar (2009) além de constituir-se em duas etapas, ressalta-se que ali os ex-usuários do serviço estavam em contato com o profissional que lhes prestou atendimentos. Desse cenário dois caminhos são possíveis. É possível cogitar que os usuários possam ter ficado a vontade para falar o que pensavam a respeito da proposta da pesquisa, em oposição não seria absurdo supor que suas respostas possuíssem um viés no sentido de passarem a impressão para o profissional que lhes atendeu de que eles de fato tiveram progresso com as sessões de que participaram NAFVD. A mesma suposição não pode ser colocada a Figueira (2011), pois essa teve contato com os ex-usuários do serviço somente por ocasião da pesquisa. Nesse sentido supor que os usuários se postassem de modo a responder o que a entrevistadora quisesse ouvir, seria uma proposição de menor potencial. No entanto, esta é apenas uma dentre várias distinções entre as pesquisas. Outras questões podem ser levantadas a fim de qualificar os resultados obtidos em ambos os trabalhos.

No ano de 2013 Santos realizou pesquisa em que objetivou compreender os serviços prestados pelo núcleo, bem como, identificar o espaço que tem o profissional de Serviço Social no NAFVD. Santos (2013) realizou revisão bibliográfica acessando trabalhos que tiveram o NAFVD como objeto de pesquisa, bem como, produções teóricas que abordaram o conceito de gênero e a relação com o fenômeno da violência doméstica e familiar contra as mulheres. Para mapear a inserção do Assistente Social no NAFVD, foi realizado contato com uma profissional do quadro do serviço.

A autora identificou que há um déficit de profissionais das áreas de formação diferentes da Psicologia. Partindo da compreensão que a proposta do serviço defende o oferecimento de atendimento multidisciplinar, avaliou como uma relevante perda a ausência, principalmente, dos profissionais de Serviço Social, tendo em vista que estes são capacitados em formação generalista que os habilita a agir mediante os fenômenos mediando às particularidades, trazidas pelos usuários, com universalidades contidas na sociedade. No caso do serviço em referência, à violência doméstica e o patriarcalismo. Ressalta-se que a função de identificar demandas para além de questões psicológicas, segue sendo uma das atividades dos Assistentes Sociais no âmbito do NAFVD. No entanto, naquilo que pode se considerar atividade fim do programa, Santos (2013) observou que exceto em duas unidades, nas demais a dupla que realiza os atendimentos é composta por profissionais da Psicologia.

Em resumo os trabalhos supramencionados buscaram conhecer a opinião de usuários e profissionais a respeito dos serviços prestados. Nesse percurso demandas de profissionais e usuários foram identificadas. Os encaminhamentos a outras instituições da rede foram ponto comum mencionado por profissionais entrevistados. A importância dos grupos como espaços de escuta foi mencionada por todos os usuários entrevistados.

As pesquisas acumularam informações importantes que subsidiam além de novos estudos e avaliações sobre os serviços, apesar dos recortes amostrais não serem representativos – generalizáveis.

4 Procedimentos metodológicos da pesquisa

4.1 Apresentação da pesquisa

O presente estudo caracteriza-se por uma pesquisa descritiva qualitativa com procedimento documental, conforme Silveira e Córdova (2009). Este trabalho objetivou descrever – retratar – o serviço público de atendimento a autores de violência doméstica no DF.

Os objetivos específicos decorrem da proposta de realizar um retrato do atendimento prestado pelo NAFVD a autores de violência no DF. Nesse sentido foram coletados dados referentes à incidência da SCP nos encaminhamentos ao núcleo, a frequências dos autores aos atendimentos, o encaminhamento e respectiva frequência das ofendidas, a composição profissional das equipes que realizam os atendimentos, informações que colabora pra descrição dos atendimentos, como os métodos e os conteúdos trabalhados.

As unidades de análise foram 19 relatórios psicossociais²⁴ confeccionados por profissionais do NAFVD e anexados a processos enquadrados na LMP iniciados entre os anos de 2007 e 2011. Os processos foram selecionados a partir da amostra da pesquisa “MP Eficaz Lei Maria da Penha – Avaliação da efetividade da intervenção do sistema de justiça do Distrito Federal para a redução da violência doméstica e familiar contra a mulher”.

O critério para seleção da amostra desse trabalho foi de que os relatórios fossem descritivos de atendimentos realizados com autores de violência no NAFVD. Os relatórios de processos em que as ofendidas foram encaminhadas para o serviço, assim como os autores, também foram selecionados e compõem a amostra do estudo. Foram descartados apenas relatórios que faziam menção apenas ao encaminhamento de ofendidas. No universo disponível – amostra da pesquisa supramencionada – apenas 2 processos tinham relatórios referentes a acompanhamentos psicossociais em que somente as ofendidas foram encaminhadas.

Esta pesquisa foi realizada em três etapas. No princípio foi realizado levantamento bibliográfico das produções concernentes à temática. Nessa etapa destaca-se revisão bibliográfica dos estudos que tiveram o NAFVD como objeto específico de investigação. No segundo momento foi realizada a coleta dos dados através da aplicação

²⁴ Alguns dados foram coletados em outras peças do processo. Como exemplo as informações referentes às condições para SCP. As condições são definidas em audiência e registradas nas respectivas atas de audiência. Para registro desses dados, as atas de audiência foram analisadas.

de questionário construído em consonância ao objetivo principal da pesquisa. A última etapa foi à tabulação, descrição e análise dos dados com base na literatura de referência.

4.2 A fonte dos dados

Os relatórios psicossociais analisados nesse estudo foram extraídos de processos criminais contidos na amostra da pesquisa “MP Eficaz Lei Maria da Penha – Avaliação da efetividade da intervenção do sistema de justiça do Distrito Federal para a redução da violência doméstica e familiar contra a mulher”²⁵. A pesquisa foi demandada pelo MPDFT e realizada pela ANIS - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero. O acordo entre as instituições está selado no Termo de Cooperação Técnica de nº 08190.183614/12-10.

A pesquisa teve como objetivo “avaliar como o instituto da suspensão condicional do processo afeta a condução de processos judiciais criminais de violência doméstica e familiar contra a mulher enquadrados na Lei n. 11.340/2006 – Lei Maria da Penha, no Distrito Federal, no período de 2006 a 2012” (ANIS, 2014, p. 3). Para proceder à avaliação proposta, foi realizado levantamento de todos os processos enquadrados na LMP que transitaram e transitavam – a época em que a pesquisa foi realizada – nos juizados competentes no DF. Do levantamento resultou a lista que foi dividida em dois grupos, em que o Grupo A representou os processos em que ocorreu a incidência da SCP e o Grupo B processos sem suspensão. A amostra foi aleatória com intervalo de confiança de 5%. A amostra contou com 318 processos entre processos com e sem SCP²⁶ (ANIS, 2014, p. 3–4).

Para realização desse trabalho a amostra da pesquisa supramencionada foi filtrada a fim de se localizar os processos em que continham encaminhamentos das partes para atendimento psicossocial. Com esse procedimento 37 processos foram localizados. Em seguida foram isolados os processos com relatórios do NAFVD, totalizando 22 processos. Posteriormente foram excluídos 2 processos nos quais somente a ofendida fora encaminhada, por fim restou a amostra desse trabalho em que constam 19 processos que foram iniciados entre os anos de 2007 e 2011.

²⁵ Este autor fez parte da equipe de pesquisadores que realizou a coleta dos dados.

²⁶ O relatório final da pesquisa, com todas as informações a respeito da metodologia e resultados se encontra disponível em: http://escola.mpu.mp.br/material-didatico/MP%20Eficaz%20-%20Relato301rio%20final_1.pdf. Acesso em: 10 de junho de 2015.

4.3 Coleta e análise de dados

Os dados foram coletados através da aplicação de questionário – em anexo – com questões abertas e fechadas. Os relatórios psicossociais foram a principal peça analisada nos processos, contudo atas de audiência também foram consultadas eventualmente.

O corte temporal da amostra é de 5 anos (2007 a 2011). A maioria dos relatórios é de processos do ano de 2008 (9), seguido por processos de 2010 (4), 2007 (3), 2009 (2) e 2011 (1).

Foram coletados dados referentes aos tipos de atendimentos a que foram submetidos os autores de violência e as ofendidas, as profissões a frente dos atendimentos prestados, o encaminhamento de ofendidas, a frequência dos atendidos (autores e ofendidas) e descrições dos atendimentos realizados. Nos processos com SCP foi verificado se os encaminhamentos para o NAFVD figuraram como condição para SCP. Os dados mensuráveis foram agrupados em tabelas e comentados à ótica da literatura afim. As descrições dos atendimentos foram copiadas em questão aberta do instrumento e tiveram seus conteúdos analisados e comentados a partir dos resultados encontrados em outros estudos que exploram o mesmo tema.

4.4 Cuidados éticos

A pesquisa que subsidiou a amostra desse trabalho teve seu projeto submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas – CEP-IH da Universidade de Brasília – UnB, onde o projeto foi avaliado e aprovado. Os pesquisadores responsáveis pela coleta dos dados, na pesquisa em referência, assinaram termos de responsabilidade em razão do manuseio dos processos judiciais. Ressalta-se ainda que a CF (BRASIL, 1988) prevê a publicidade de todos os atos processuais e julgamentos do Poder Judiciário, excetuando-se os processos que se encontram em segredo de justiça²⁷.

Além dos cuidados éticos citados, o total anonimato das pessoas as quais tiveram suas histórias contadas nos processos foi garantido, uma vez que em nenhum momento houve menção que pudesse identificar as ofendidas, autores ou profissionais do NAFVD, que protagonizam os documentos analisados.

²⁷ No caso dos poucos processos analisados protegidos por segredo de justiça, a equipe contou com a anuência do MPDFT para acessá-los, garantindo-se, em todos os casos, com ou sem segredo de justiça, o anonimato das partes, julgadores e demais sujeitos envolvidos e o sigilo quanto a seus dados. (ANIS, 2014, p. 7).

O referido procedimento se estendeu a este trabalho onde o sigilo dos envolvidos foi integralmente garantido. As referências aos processos, em que estão contidos os relatórios analisados, foram realizadas por menção ao número atribuído de 1 a 19. Nas descrições dos relatórios em que havia citados nomes das partes estes foram omitidos no momento da coleta dos dados.

5 Um retrato do NAFVD a partir de relatórios psicossociais

5.1 Considerações iniciais

Ressalta-se que o retrato do NAFVD construído nos tópicos seguintes está delimitado a amostra explorada. Logo não se exclui a possibilidade que um estudo de amostragem mais abrangente possa revelar um retrato distinto do verificado aqui. Destaca-se que o uso do artigo indefinido “um”, no título desse estudo, fora propositalmente empregado orientado pelo objetivo de enfatizar que se trata de um retrato dentre outros possíveis.

Nesse sentido, como é comum a estudos de caso e demais pesquisas de cunho qualitativo, as considerações apresentadas por esse estudo respondem pelo observado na amostra referenciada, tão somente.

A amostra desse estudo, que conta com 19 processos, tem um recorte temporal (2007 a 2011), cuja distribuição por ano está informada na tabela 02. Destaca-se que os processos iniciados no ano de 2008 tem maior (47%) representatividade na amostra.

Embora a amostra da pesquisa que é fonte dos processos aqui analisados tenha sido selecionada mediante amostragem aleatória estratificada por ano, como já citado no cap. 4, os 19 processos da amostra desse estudo foram selecionados por conveniência, observando-se o critério da presença de relatório psicossocial de atendimentos realizados pelo NAFVD com autores de violência ou com autores e ofendidas.

Aduz-se ainda que os relatórios analisados, embora sejam fontes ricas em informações sobre os acompanhamentos prestados aos autores, não descrevem totalmente o trabalho realizado pelo NAFVD. Desse modo, cabe mencionar que os resultados apresentados dizem respeito às informações disponíveis nas unidades de análise – os relatórios.

Tabela 02: Distribuição da amostra de processos por ano

Frequência	Quantidade de Relatórios	Porcentagem
2007	03	16%
2008	09	47%
2009	02	11%
2010	04	21%
2011	01	5%
Total	19	100%

Fonte: Pesquisa MP Eficaz Lei Maria da Penha. ESMPU/MPDFT/Anis-UnB 2014

5.2 A SCP e o atendimento a autores no NAFAVD

Observa-se que a maioria dos atendimentos, 16 (84%), realizados pelo NAFAVD, foi com autores encaminhados em processos com SCP. Figueira (2011) em estudo de caso realizado em um único núcleo do serviço, também identificou que a maioria dos encaminhamentos para aquele núcleo ocorria mediante SCP.

Pode-se inferir que permanece a conjugação do instituto despenalizador (SCP) com a proposta de responsabilização dos autores de violência, medida que já era implementada desde a fundação do NAFAVD. Aguiar explica como esse procedimento ocorria nos primeiros anos do NAFAVD, antes da LMP:

[...] em casos que o promotor julgava graves ou quando havia indícios de coação sobre a vítima para a retirada da queixa, era proposta ao juiz a suspensão do processo pelo prazo de seis meses. Após esse período, a vítima poderia então pedir o arquivamento do processo, se assim o desejasse. Em audiência, era então determinado o encaminhamento da família para alguma modalidade de acompanhamento psicossocial. Surge então a parceria com o Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Conjugal, o NAFAVD, onde a vítima, o agressor e, com frequência, os filhos podem ser acompanhados (2009, p. 55).

Nesse sentido sublinha-se o paradoxo do sistema de justiça do DF quando alia avanços previstos na LMP – ressalta-se a incorporação dos autores nas ações de enfrentamento – com medidas vetadas pela mesma legislação²⁸.

Como já mencionado, o NAFAVD foi criado antes da LMP, assim como os institutos despenalizadores. Percebe-se que a aliança supramencionada, mais uma vez, consiste na preservação de fatores preexistentes a LMP no enfrentamento a violência doméstica, em um cenário que a nova legislação dita um novo patamar de trato desse fenômeno.

Até 2014 não havia uma avaliação de como a SCP afeta os processos criminais de violência doméstica no DF. A pesquisa da ANIS, já referenciada aqui, teve como objetivo estabelecer comparação entre o curso dos processos com e sem incidência da SCP. A pesquisa confirma os dados desse estudo, pois identificou que a maioria dos encaminhamentos, para acompanhamento psicossocial, se dá nos processos com SCP (ANIS, 2014).

Assim, levando em conta que o NAFAVD atende prioritariamente usuários (homens e mulheres, autores e autoras e ofendidas) encaminhados pelo sistema de justiça, se pode afirmar que no DF o serviço público de atendimento a autores de

²⁸ O art. 41 da LMP veda independente da pena, a aplicação da Lei 9.099/95. A referida lei é responsável pela instituição dos JECrims e respectiva aplicação dos institutos despenalizadores em processos de violência doméstica, entre eles a SCP.

violência está diretamente relacionado à aplicação do instituto despenalizador (SCP), tendo em vista que grande parte da demanda do órgão é formada por autores encaminhados no curso de processos com SCP.

Tabela 03: Incidência de processos com SCP na amostra da pesquisa

Incidência da SCP	Quantidade	Porcentagem
Com SCP	16	84%
Sem SCP	03	16%
Total	19	100%

Fonte: Pesquisa MP Eficaz Lei Maria da Penha. ESMPU/MPDFT/Anis-UnB 2014

5.3 Encaminhamento para o NAFVD: benefício ou punição?

Observou-se nos relatórios que em 94% (15) dos processos com SCP o encaminhamento para o NAFVD ocorreu enquanto uma condição para a SCP. Nesse sentido – sempre no universo representativo da amostra desse trabalho – pode-se afirmar que o NAFVD atendeu usuários que não procuraram o serviço espontaneamente. Esse fato pode desencadear vieses nos atendimentos, uma vez que, os usuários são submetidos de forma compulsória ao acompanhamento psicossocial.

Observar a interação dos autores com os demais participantes (no caso dos atendimentos em grupo), com a temática e com os profissionais, compõe uma das formas de avaliação da participação, assim não se pode excluir a possibilidade de que o participante administre sua participação a fim de forjar um parecer favorável que consequentemente contribua para extinguir a punibilidade respectiva a SCP. Essa possibilidade é danosa ao objetivo do acompanhamento por que os profissionais não poderão dimensionar o quão genuíno são as reflexões apresentadas pelos participantes ao longo das sessões.

A possibilidade suscitada é passível de ser elencada sempre que o encaminhamento esteja vinculado à extinção de punibilidade de um processo criminal, afinal de contas não é absurdo supor que estes indivíduos não desejem possuir pendências judiciais e por essa razão se disponham a ter uma participação regular no grupo.

Ressalta-se, no entanto, que estes usuários tiveram a oportunidade de rejeitar a proposta do MPDFT no que se refere à SCP. Ainda refletindo sobre a questão, se reitera que no momento em que um denunciado aceita a SCP exclui-se a possibilidade de prova de inocência (BRASIL, 1995). Em troca do benefício da SCP os denunciados perdem a

possibilidade de advogarem pela própria inocência. Esse contexto possivelmente contribui para percepção do encaminhamento enquanto uma pena a ser cumprida.

Para Amado (2014) o caráter de responsabilização dos serviços para os quais autores são encaminhados não descaracteriza o encaminhamento enquanto uma punição, uma vez que a participação é compulsória.

Corroborar com a tese do encaminhamento enquanto pena o fato de alguns autores, quando oportunizada a fala, referirem a insatisfação em ter de participarem dos atendimentos. Essa insatisfação é potencializada por que vários autores, principalmente no início, não conseguem se enxergar enquanto autores, tão pouco significar os conflitos e os atos como violência (AGUIAR, 2009; ANDRADE; PRATES, 2013; COELHO; NATIVIDADE; GAETANI, 2008; FIGUEIRA, 2011).

Os autores tendem a minimizar as ocorrências e mesmo o encaminhamento para acompanhamento sendo justificado enquanto benefício, os autores relutam aceitar tal denominação e justificam que aceitam o encaminhamento, mesmo sem merecer, por ser um caminho breve para sair do contexto de justiça (MORAES; RIBEIRO, 2012).

Costa (2014), sobre a incidência da SCP, argumenta que a aplicação do instituto despenalizador figura como um benefício para o autor de violência. Em sua pesquisa ela observou que mesmo quando os autores descumpriram condições estabelecidas para a concessão da SCP, foram concedidas oportunidades diversas para o cumprimento quando o benefício deveria ser revogado. Segundo a autora, uma pista de que a aplicação se orienta tão somente a beneficiar o autor é o fato de a ofendida ser esquecida no processo, não podendo se manifestar e na maioria das vezes não sendo encaminhada para os serviços públicos, como os autores são. Apesar das críticas a autora menciona que a SCP não deve ser descartada no rol de opções de combate a violência contra mulher, sobretudo por que representa uma opção ao encarceramento, no entanto, pondera que se devam criar procedimentos específicos para que a SCP seja acionada nos casos de violência doméstica.

Andrade e Prates (2013) mencionam a tese defendida por Prates (2003) segundo a qual os encaminhamentos para grupos seriam vantajosos enquanto uma aposta jurídico-pedagógica na medida em que atenderia tanto a necessidade de punir quanto de reeducar o autor pra uma nova postura nas relações. Diante do exposto, para literatura referenciada os encaminhamentos possuem duas funções, são benefícios para autores e a sociedade, mas são também penas alternativas.

Tabela 04: Encaminhamento para o NAFAVD como condição da SCP

Condição	Quantidade	Porcentagem
Sim	15	94%
Não	01	6%
Total	16	100%

Fonte: Pesquisa MP Eficaz Lei Maria da Penha. ESMPU/MPDFT/Anis-UnB 2014

5.4 Frequência aos atendimentos

Os Relatórios Psicossociais figuram como o produto final dos acompanhamentos realizados mediante encaminhamentos dos operadores do Direito. É através dos relatórios que as equipes do NAFAVD comunicam ao judiciário e ao MPDFT como se deu o acompanhamento do autor de violência encaminhado ao serviço. Branco (2010) observou que nessa comunicação, NAFAVD - operadores do Direito, a informação referente à frequência dos autores ao acompanhamento é crucial, essencialmente para os juízes.

Para compreender o porquê de a frequência constituir uma das principais informações demandadas pelos operadores do Direito, se faz necessário retomar os dados apontados nas tabelas anteriores. A amostra aqui analisada evidenciou que a maioria dos encaminhamentos ocorre nos processos com SCP. Em seguida observou-se que em mais de 90% dos encaminhamentos em processos com SCP o acompanhamento psicossocial dos autores constituiu uma das condições para o oferecimento da SCP. Por fim, se têm que a punibilidade só pode ser extinta caso o beneficiado cumpra de modo adequado às condições impostas.

No caso do acompanhamento psicossocial (uma das condições impostas para a SCP) o parecer da equipe do NAFAVD “libera” o usuário desde que este tenha frequentado o mínimo de 75% das sessões. Pelas razões expostas se compreende a importância atribuída à frequência dos autores aos atendimentos. Não se pode, no entanto, afirmar que não haja interesse dos operadores do Direito pelas demais informações referentes aos acompanhamentos registradas no relatório psicossocial.

Os dados referentes à frequência aos atendimentos são, certamente, os dados mais prejudicados nos relatórios psicossociais analisados. A ausência de padronização na disposição dessas informações nos relatórios deprecia a qualidade dos dados coletados e consequentemente prejudica as afirmações esboçadas a partir da análise deles.

Em alguns relatórios não havia menção a quantidade de sessões disponíveis aos usuários, consequentemente não havia também registro das sessões frequentadas por eles. Nesses relatórios em oposição à quantidade de sessões, o período em que elas ocorreram é que é informado. Desse modo o texto informa em datas o período em que foi realizado o acompanhamento: “o réu participou de atendimentos realizados entre 18 de agosto de 2011 e 27 de outubro de 2011” (p. 8). Para esses relatórios a frequência é atribuída conforme o parecer da equipe do NAFVD. Quando o relatório, que não contém número de sessões, apresenta a dispensa de um autor, subentende-se que este teve a frequência mínima e para ele é atribuída à frequência “regular”²⁹, para fins de tabulação dos dados.

Resgata-se que a priori a dispensa dos atendimentos só deveria ocorrer caso os autores tivessem frequentado no mínimo 75% das sessões possíveis e apresentassem reflexões que sugerissem a eficácia do acompanhamento. No entanto, observou-se nos relatórios que informaram o número de sessões e ausências dos autores, que alguns deles foram “liberados” ainda que não tenham atingido a frequência mínima exigida.

Figueira, em um estudo de caso da unidade do NAFVD da cidade de Paranoá-DF, também identificou o mesmo observado nesse estudo:

Ao que diz respeito às regras de adesão e de participação dos/as usuários/as explicitadas no Contrato de Prestação de Serviços, pode-se dizer que são, na prática, mais flexíveis, pois percebi, nos prontuários dos homens-maridos, que alguns faltaram mais do que o permitido, ou seja, faltaram três vezes, mas seus casos não foram simplesmente devolvidos ao Juizado. Na verdade, observou-se que a avaliação da psicóloga em relação à adesão e à participação dos homens-maridos está mais direcionada ao desempenho propriamente desses homens durante as atividades e discussões propostas nos grupos de reflexão do que tanto a questão das faltas (2011, p. 93).

Os dados referentes à frequência estão divididos em 3 tabelas. Isso por que se observou que a adesão ao acompanhamento foi distinta entre os autores que cumpriam SCP, autores que não cumpriam e as ofendidas.

A tabela 05 evidencia que houve uma frequência regular dos autores que não cumpriam SCP, quando encaminhados.

²⁹ Informa-se que para fins deste estudo sempre que o autor apresentar frequência igual ou maior que 50% dos encontros possíveis, ao mesmo foi atribuída frequência regular.

Tabela 05: Frequência aos atendimentos nos processos sem SCP

Frequência	Quantidade	Porcentagem
Irregular	01	33%
Regular	02	67%
Sem Frequência	0	0%
Total	03	100%

Fonte: Pesquisa MP Eficaz Lei Maria da Penha. ESMPU/MPDFT/Anis-UnB 2014

5.4.1 O impacto da SCP na frequência aos atendimentos

A tabela 05 mostra que nos processos com SCP a frequência aos atendimentos é majoritariamente regular. Ressalta-se que o relatório em que o autor encaminhado não teve frequência trata-se de um processo onde o atendimento no NAFAVD não foi determinado como condição para SCP.

Com já suscitado o retrato revelado com os dados deste estudo não podem ser generalizados para o cotidiano do NAFAVD, uma vez que se trata de uma amostra de conveniência. No entanto, observa-se notável distinção na frequência dos autores quando o acompanhamento psicossocial está vinculado a SCP enquanto uma condição para extinção da punibilidade, em comparação a frequência em processos sem SCP.

Nesse sentido, não se pode descartar que a adesão aos atendimentos propostos pelo NAFAVD é sofre impacto do caráter compulsório do encaminhamento enquanto condição da SCP.

Tabela 06: Frequência aos atendimentos nos processos com SCP

Frequência	Quantidade	Porcentagem
Irregular	02	13%
Regular	12	80%
Sem Frequência	01	7%
Total	15³⁰	100%

Fonte: Pesquisa MP Eficaz Lei Maria da Penha. ESMPU/MPDFT/Anis-UnB 2014

5.5 Quando as ofendidas são encaminhadas

As ofendidas foram encaminhadas em conjunto com os autores em 37% dos casos estudados. Em 2 processos o NAFAVD “terceirizou” o atendimento da ofendida. Nestes casos as ofendidas foram inseridas em atividade denominada Grupo de Vítimas de Violência do centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

³⁰ Os cálculos apresentados foram realizados com 15 relatórios por que não foi possível coletar dados em um dos 16 relatórios de processos com SCP.

Os motivos do reencaminhamento das ofendidas pra outra instituição não foram expostos nos relatórios analisados. No entanto, se pode especular que as profissionais tenham optado pelo encaminhamento em razão da instituição (UniCEUB) dispor de Grupos de Reflexão destinados as ofendidas. Essa hipótese se sustenta na observação de que as ofendidas encaminhadas ao NAFVD e atendidas pela instituição participaram de atendimentos individuais. Infere-se que o núcleo, no período estudado, não dispunha de grupos direcionados as ofendidas, o que poderia ter motivado o encaminhamento a fim de que elas pudessem ter uma experiência de acompanhamento com outras ofendidas com vivência de violência. Assim como ocorre nos grupos com autores, há também a expectativa que o ambiente de grupo colabore para que as ofendidas possam acessar reflexões direcionadas pelas profissionais e construídas no coletivo.

Resgatando o histórico do NAFVD e as descrições do serviço encontradas na revisão bibliográfica, se enfatiza que embora o núcleo seja referência para atendimento aos autores de violência a ele também compete realizar o acompanhamento das ofendidas e demais familiares, inclusive crianças e adolescentes.

A respeito do encaminhamento para outra instituição, é importante verificar o direcionamento do atendimento realizado na instituição que recebe as ofendidas. Enquanto o serviço público – estima-se – carrega uma herança de acúmulos nos debates teóricos e políticos a respeito do atendimento a autores e ofendidas, não se elimina a possibilidade que instituições não estatais e não feministas, imprimam em suas ações de assistência paradigmas de construções hierárquicas dos gêneros reforçando, portanto, as estruturas que os estudos feministas de gênero vieram criticar. Essa hipótese foi descartada quando o relatório com a descrição do atendimento foi analisado. O texto evidencia que o direcionamento do serviço é o mesmo empregado pelo NAFVD. Dentre outros tópicos, a desconstrução dos papéis de gênero, consta como linha das reflexões provocadas nos grupos de que participaram as ofendidas reencaminhadas.

Outro ponto observável é a natureza dos serviços. As ofendidas foram encaminhadas para um grupo ofertado por uma clínica-escola de Psicologia do UniCEUB. Um dos principais objetivos dessas instituições – senão o principal – é possibilitar experiência de formação para estudantes (profissionais em formação). Nesses espaços os estudantes atuam sob supervisão de professores experientes. De todo modo à natureza do serviço e a estruturação dele, promovem diferenças entre os atendimentos direcionados aos autores e as ofendidas. Nesse sentido, se faz necessário que o NAFVD acompanhe, de perto, os atendimentos dispensados as ofendidas

encaminhadas à instituição a fim de averiguar se o objetivo do encaminhamento tem sido alcançado.

O encaminhamento do público para o privado é um fato que desperta atenção, no entanto, vale dimensionar que os casos encaminhados representam menos de um terço (29%) do total de ofendidas encaminhadas. No total da amostra os casos representam 11% dos encaminhamentos, o que não é suficiente pra sugerir que há uma delegação de competência sistemática do NAFVD para serviços privados – a partir da amostra analisada nesse estudo.

Os atendimentos serão analisados a seguir no tópico que trata da descrição dos atendimentos dispensados as ofendidas.

Tabela 07: Partes encaminhadas para acompanhamento

Partes encaminhadas	Quantidade	Porcentagem
Autor	12	63%
Ambos	07	37%
Total	19	100%

Fonte: Pesquisa MP Eficaz Lei Maria da Penha. ESMPU/MPDFT/Anis-UnB 2014

5.5.1 A frequência das ofendidas encaminhadas

A ofendidas foram encaminhadas para o NAFVD no curso de 7 dos 19 processos analisados. Em oposição à maioria dos autores que são partes nos processos pesquisados, as ofendidas não tem obrigação de participarem dos atendimentos propostos. Apesar da não obrigatoriedade se observou uma taxa de adesão (86%) superior à verificada nos casos dos autores encaminhados compulsoriamente.

Figueira (2011) observou adesão semelhante (80%) em uma amostra maior, 10 ofendidas encaminhadas para acompanhamento no NAFVD. Conforme a pesquisa apenas duas ofendidas (20%) não aderiram ao acompanhamento. As justificativas para a não adesão foi à incompatibilidade de horários com os atendimentos agendados.

Tabela 08: Frequência das ofendidas aos atendimentos propostos

Frequência	Quantidade	Porcentagem
Irregular	01	14%
Regular	06	86%
Sem Frequência	00	0%
Total	07	100%

Fonte: Pesquisa MP Eficaz Lei Maria da Penha. ESMPU/MPDFT/Anis-UnB 2014

5.6 Atendimento psicossocial uniprofissional

A literatura consultada recomenda que o atendimento aos autores seja realizado por equipes multidisciplinares. Desde os documentos que estabelecem diretrizes para formatação dos serviços, passando pela LMP quando caracteriza as Equipes Multidisciplinares³¹, chegando às produções que refletem a atuação dos serviços explorando recortes distintos (AGUIAR, 2009; BRANCO, 2010; ISER, 2012; SANTOS, 2013; SPM-PR, 2011). Alguns textos delimitam a importância de que o trabalho desenvolvido pelas equipes seja interdisciplinar, não apenas um trabalho realizado por profissões distintas somadas em bloco na intervenção (BRANCO, 2010; ISER, 2012).

O que se observa é que o NAFVD, no período coberto pela amostra, ofereceu acompanhamento psicossocial com profissionais de uma única formação profissional, a Psicologia.

Já foi abordada no capítulo 3 a informação prestada pela atual gerente do NAFVD, Máisa Campos Guimarães, que esclarece que por um período o núcleo contou com um quadro majoritário de profissionais de Psicologia complementado por uma profissional de Pedagogia e duas de Serviço Social. Essa informação justifica a ausência de profissionais de formação distinta conduzindo os atendimentos e por consequência, assinando os relatórios.

Ressalta-se que, uma vez que o serviço se caracteriza por uma perspectiva de gênero e feminista, que contrasta com a possibilidade de se tratar os autores numa perspectiva patologizante que poderia resultar em abordagem terapêutica, a expansão do número de profissões atuando na atividade fim do serviço é importante para alcançar os objetivos propostos. Não se propõe aqui que os profissionais de psicologia não possam conduzir os grupos de reflexão com uma abordagem não patologizante, o que se sustenta é que a nova vertente de abordagem interdisciplinar – observando vários ângulos do fenômeno – exige a presença de profissionais com formações diversas como previsto no documento base referenciado no capítulo 2.

Em outra medida, no capítulo 3, se observou no edital do processo seletivo realizado em 2013, que aos assistentes sociais e pedagogos concernem às mesmas

³¹ Dentre as atribuições consta realizar atendimentos a autores. Ressalta-se que essa atribuição conforme se expressa na LMP não parece sugerir o desenvolvimento de ações semelhantes ao trabalho desenvolvido por serviços como o NAFVD. No entanto, Amado (2014) observou que no estado do Rio de Janeiro as equipes acumulam a função de desenvolver Grupo de Reflexão com os autores, além das demais atribuições previstas na LMP.

competências confiadas aos psicólogos. Esse dado pode ser analisado sob dois olhares que se opõem. Em um primeiro momento pode-se reforçar a necessidade da diversidade profissional na equipe que trabalha diretamente com os autores nos grupos ou atendimentos individuais. Num segundo momento, no entanto, se pode especular que se o edital de seleção pressupõe a equivalência profissional na realização da atividade, necessariamente a diversidade não deveria ser perseguida enquanto meta do serviço, tendo em vista que entre as profissões supracitadas não existem atribuições específicas.

Retomando a perspectiva do NAFAVD para a violência contra a mulher, perspectiva essa que enfatiza as necessidades de desconstruir relações de gênero hierarquizadas e masculinidades opressoras, argumenta-se, mais uma vez, pela necessidade de diversificação da equipe profissional como fator imprescindível para ampla interpretação do fenômeno e arrojada intervenção. Se em uma perspectiva terapêutica a Psicologia abarcaria, possivelmente, a totalidade dos conhecimentos e instrumentais necessários à intervenção, em uma perspectiva da violência enquanto fenômeno social construído nas relações desiguais, tendo o serviço o objetivo de contribuir para a reeducação dos autores, os profissionais de Serviço Social e Pedagogia, tornam-se também importantes.

Tabela 09: Profissionais que prestaram os atendimentos

Profissão	Quantidade	Porcentagem
Psicólogas	19	100%
Assistentes Sociais	0	0%
Pedagogas	0	0%
Total	19	100%

Fonte: Pesquisa MP Eficaz Lei Maria da Penha. ESMPU/MPDFT/Anis-UnB 2014

5.7 Metodologias dos atendimentos com autores

A análise dos relatórios confirma as informações constantes na literatura que versa sobre o NAFAVD, bem como nos levantamentos nacionais (AMADO, 2014; BRANCO, 2010; FIGUEIRA, 2011; NOOS, 2014; PEREIRA, 2014; SANTOS, 2013). Os Grupos de Reflexão são a principal metodologia (67%) implementada no trabalho com os autores. Vale ressaltar que essa metodologia foi adotada pelo NAFAVD a partir do ano de 2005 (AGUIAR, 2009).

Além dos Grupos de Reflexão aparecem em menor número os Atendimentos Individuais (26%) e as Acolhidas (11%). Em nenhum dos relatórios foram mencionadas

mais de uma metodologia para o acompanhamento. Assim, aparentemente, acolhimentos, atendimentos individuais e os grupos de reflexão não foram acessados por um mesmo autor atendido.

No entanto, não é coerente supor que um autor tenha realizado acompanhamento psicossocial tendo participado somente de atendimentos caracterizados como acolhimento, uma vez que, inclusive analisando a descrição dessa forma de atendimento se observa um viés introdutório de apresentação do serviço. Nesse sentido, a análise dos dados de frequência isolados por tipo de atendimento confirma a impossibilidade de um acompanhamento psicossocial se pautar por acolhimentos. Nos dois (11%) processos que os relatórios mencionaram somente atendimentos caracterizados como acolhimentos as frequências foram irregulares. No processo 4 fora determinado em audiência um total de 8 sessões mas o autor só compareceu a 2. No processo 18, de um total de 5 sessões o autor só compareceu a 2.

O que se deve supor é que os atendimentos subsequentes, caso os autores não tivessem abandonado o serviço, seriam atendimentos que permitissem a execução do trabalho proposto pelo serviço, que dado o caráter dos acolhimentos não pode, provavelmente, ser executado a contento.

Tabela 10: Metodologias de atendimento

Metodologia	Quantidade	Porcentagem
Grupo de Reflexão	12	63%
Atendimento Individual	05	26%
Acolhida	02	11%
Total	19	100%

Fonte: Pesquisa MP Eficaz Lei Maria da Penha. ESMPU/MPDFT/Anis-UnB 2014

5.7.1 Descrição dos atendimentos

A revisão da literatura especializada num primeiro momento parece sugerir que serviços de atendimento a autores de violência doméstica e grupos de reflexão são sinônimos. Não são, mas se aproximam. Os levantamentos nacionais dos serviços de atendimento, como já referenciado, evidenciam que a metodologia de grupo é referência no atendimento aos autores. Desse modo, descrições sobre como os grupos são executados são comuns na literatura. Este trabalho além de descrever a metodologia de grupo, a partir de uma fonte distinta dos demais estudos, ainda traz informações sobre as demais metodologias utilizadas em menor número no NAFVD.

5.7.1.1 Acolhida

Dos 2 relatórios que mencionaram acolhimentos como metodologia, apenas um continha descrição do atendimento. Conforme o relatório psicossocial do processo 4, no acolhimento: “foram discutidas questões referentes à Lei Maria da Penha, questões de gênero e violência doméstica contra mulher, bem como foi [...] apresentado o programa NAFVD”. De acordo com a descrição fica evidenciado que o atendimento realizado não tem significação distinta de sua identificação. Trata-se de uma recepção, um primeiro contato do autor com o programa. Ocasão em que os temas são introduzidos e o programa apresentado, certamente, como medida de preparar o autor para inserção em grupos ou no atendimento individualizado.

O caderno de orientações do PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, executado nas unidades do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, caracteriza a acolhida como o primeiro contato qualificado do indivíduo ou da família com o serviço. No âmbito do PAIF na acolhida o usuário recebe informações sobre o programa e outros serviços da rede, além de ter oportunidade de expressar suas demandas (BRASIL, 2012, p. 17).

Diante das semelhanças observadas entre as descrições dos serviços citados, se pode afirmar que a acolhida não representa uma metodologia de acompanhamento no NAFVD. Constitui-se enquanto uma ação inicial complementar as outras metodologias.

5.7.1.2 Atendimento Individual

Os atendimentos individuais realizados com autores (4) tiveram 4 descrições diferentes, essencialmente no que tange a quantidade de detalhes que fornecem sobre o conteúdo dos atendimentos realizados. Dos 5 relatórios que caracterizaram atendimento individual, em um deles a autora não compareceu a nenhuma sessão.

Os 4 relatórios comentados a seguir compõem processos iniciados entre os anos de 2007 e 2010. O processo 3 foi iniciado em 2007. Os processos 6 e 12, foram iniciados em 2008, enquanto o processo 16 é do ano de 2010. A seguir observando a quantidade de informações dispostas nos relatórios se pode supor uma linha histórica evolutiva, no entanto, várias outras questões concorrem com essa afirmação. No lapso de tempo em que foram realizados os relatórios, o NAFVD contava com mais de 8 núcleos com vários profissionais de psicologia. As diferenças nos relatórios podem ser atribuídas ao modo como cada profissional conduziu o próprio atendimento e em

seguida relatou a experiência. Pode também refletir a realização de procedimentos distintos entre os vários núcleos do serviço. Corrobora para essa hipótese o relato de uma profissional que atua no serviço. Segundo ela é latente a necessidade de uniformizar os procedimentos (BRANCO, 2010).

O relatório do processo 3 apresentou uma descrição bastante objetiva: “foram trabalhadas questões a cerca do seu contexto familiar e relacional”. Assim como o relatório do processo 6 que informou apenas que foi utilizada a perspectiva psicanalítica.

O relatório do processo 12 descreveu os assuntos trabalhados no acompanhamento: [buscaram-se] “trabalhar diferentes questões relacionadas à violência doméstica, relacionamento conjugal e familiar, separação conjugal, trabalho, padrões de comunicação e formas pacíficas de resolução de conflitos”.

No processo 16 o relatório também trouxe descrição dos temas trabalhados com o autor: “ao longo dos encontros com o Sr. [...] foram trabalhados temas como Lei Maria da Penha, Violência Doméstica; Sentimentos, Controle da Raiva dentre outros”. Além dos temas trabalhados o relatório ainda fez menção a ações tomadas pela profissional que conduziu o acompanhamento: “o Sr. [...] foi convidado a refletir a respeito dos temas e efetivar mudanças positivas a partir dos conhecimentos proveitosos adquiridos no acompanhamento, sendo multiplicador destas experiências”.

O relatório do processo 16 é o único, dentre os relatórios de atendimentos caracterizados como individuais, a apresentar comentários sobre o atendimento, além de sugerir que o autor fosse encaminhado para atendimento psicológico:

Percebe-se que algumas questões pessoais podem ainda ser trabalhadas na vida do Sr. [...], como por exemplo, um possível quadro depressivo e uma possível dificuldade em lidar com alguns episódios de irritação. Sugerimos que o Sr. [...] seja encaminhado para acompanhamento psicológico e/ou psiquiátrico. Em comum acordo encerramos seu atendimento, na expectativa de ter havido sensibilização.

5.7.1.3 Grupos de Reflexão

Dos 12 processos em que os relatórios informaram que os autores participaram de grupos, somente em 9 relatórios havia descrição de como se deram os atendimentos. Os relatórios dos processos 2, 14 e 17, não possuíam descrição de como os grupos ocorreram, tampouco dos conteúdos trabalhados.

Os relatórios analisados compunham processos iniciados em 2007 (2), 2008 (6), 2009 (2) e 2010 (2). Conforme relatado a seguir, observaram-se semelhanças entre

descrições dos conteúdos dos grupos. Alguns relatórios continham textos idênticos, outros relacionavam as mesmas temáticas com palavras diferentes.

O relatório do processo 1 (2007) informou que fora realizado “trabalho de esclarecimento da Lei 11.340/06”. Conforme o relatório, o autor participou de 8 sessões e o encaminhamento para o grupo se deu em função da SCP, onde a participação no grupo do NFAVD foi uma condição a ser cumprida para a consequente extinção da punibilidade. Esse foi o relatório com descrição mais sucinta.

O relatório do processo 11 (2008) também apresentou descrição sucinta: “[o] grupo discutiu temas referentes ao Alcoolismo, Questões de Gênero, Lei Maria da Penha e Violência intrafamiliar”. Observa-se que esse relatório faz referência a um acompanhamento com maior diversidade de tópicos trabalhados. Repete-se o tema da LMP, mas há o acréscimo da questão do álcool e da violência intrafamiliar, além da pauta estrutural da violência contras as ofendidas, as questões de gênero. Esse relatório não mencionou a quantidade de sessões oferecidas, mas ressaltou que o autor compareceu a todas.

O relatório do processo 10 (2008) apresentou em sua descrição, elementos já abordados no relatório anterior. Nos encontros:

[...] foram trabalhados temas relacionados à Lei Maria da Penha, gênero, violência, uso de álcool, bem como relacionamento conjugal e familiar considerando-se, assim, questões que perpassam as relações interpessoais como o diálogo, o respeito mútuo, a resolução de conflitos entre outros.

Observa-se que temáticas mencionadas no relatório anterior estão presentes nesse relatório, no entanto, nota-se uma preocupação em explicar a incidência dos temas trabalhados em situações cotidianas da vida do autor, como o diálogo, respeito e a resolução de conflitos.

Os relatórios dos processos 8 e 9 (ambos de 2008) apresentaram descrições quase idênticas. Conforme as descrições os grupos tiveram temáticas semelhantes a outros relatórios de processos do ano de 2008. A descrição do relatório do processo 8 revela que “[...] foram trabalhados temas como Lei Maria da Penha, Gênero, Violência Doméstica, Álcool e outras Drogas, Sentimentos, Controle da Raiva e Comunicação”. O relatório do processo 9 é diferente apenas por apresentar a expressão “Tipos de Comunicação” em paralelo a “Comunicação” registrada no relatório do processo 8.

Os relatórios dos processos 5 e 7 (ambos de 2008), 13 (2009) e 15 (2010) apresentaram o mesmo texto:

O grupo possui um caráter psico-educativo que visa criar um contexto de reflexão sobre os estereótipos de gênero, a violência contra as mulheres, a Lei Maria da Penha, as relações familiares, o álcool e outras drogas, controle da raiva e da agressividade entre outros temas sugeridos pela equipe técnica ou pelos participantes.

Essa é a descrição mais completa e complexa, no sentido da diversidade de elementos, dentre todos os atendimentos mencionados até aqui. Não fosse o fato de entre os relatórios com o mesmo texto citado, se encontrar relatórios referentes a processos de 3 anos distintos, seria pacífico supor que o NFAVD chegou a um formato de grupos mais arrojado com o passar dos anos.

Essa descrição é a primeira a apresentar o “caráter” dos atendimentos (psico-educativo), bem como, seu objetivo: proporcionar um cenário em que o autor possa refletir sobre os temas propostos. Ressalta-se ainda a referência que diz que nos grupos descritos, os participantes puderam sugerir assuntos. Nesse sentido, é relevante recuperar que os estudos (AGUIAR, 2009, p. 122; FIGUEIRA, 2011) que pesquisaram as opiniões dos autores atendidos no NFAVD, revelaram que entre os pontos positivos (do programa) citados pelos autores está o fato do serviço se constituir em um espaço onde eles teriam voz e alguém para ouvi-los.

5.8 Metodologia dos atendimentos prestados as ofendidas

Nos 7 processos em que as ofendidas foram encaminhadas em conjunto com os autores, a metodologia de acompanhamento em grupos de reflexão predominou (57%), seguida pelos atendimentos individuais (29%).

Em um relatório (processo 18) havia apenas a descrição “acolhida”, nesse não fora especificado se a descrição abrangia o trabalho realizado com o autor e a ofendida³². Por não haver descrição de temas abordados nos atendimentos não foi possível afirmar a partir desse parâmetro se autor e ofendida foram submetidos apenas a acolhimentos, ressaltando que essa metodologia compõe as demais como fase inicial de apresentação do serviço.

Nesse sentido restaram as informações referentes à frequência. Segundo elas o autor participou de 2 atendimentos, dos 5 possíveis, enquanto a ofendida participara de 6, dos 12 possíveis. A partir desses dados se pode sustentar que a descrição “acolhida” faz referência ao atendimento prestado ao autor, uma vez que o número de 6 sessões é

³² Ressalta-se que neste estudo não foram analisados relatórios psicossociais em que as ofendidas tenham sido as únicas encaminhadas para o NFAVD. Nesse sentido, quando se trata da experiência das ofendidas no serviço, os dados foram extraídos de relatórios referentes a acompanhamentos destinados à ofendida e autor. Em alguns relatórios se observou que não havia descrição para ambos os encaminhados.

incompatível com atendimento caracterizado como acolhida. Desse modo restou ainda identificar se a ofendida foi atendida individualmente ou se participou de grupo de reflexão. O número de 12 atendimentos já fora referenciado na literatura (AMADO, 2014; NOOS, 2014) como sendo a quantidade prevista pelo o NAFVD para o desenvolvimento de grupos. Ressalta-se, porém que nos 2 relatórios que identificaram o acompanhamento realizado junto a ofendidas como atendimento individual o número de sessões possíveis foram de 13 (processo 12) e 14 (processo 19). Uma vez que os dados não foram conclusivos, se optou por não atribuir caracterização ao atendimento em referência sendo atribuída na tabela 10 a designação “indeterminada”, pois se refletiu não ser possível a partir dos dados disponíveis determinar a metodologia empregada no acompanhamento a ofendida.

Importa mencionar que mesmo se o relatório do processo 18 trata-se da metodologia de atendimentos individual, ainda se observaria a reprodução do cenário das metodologias de atendimento empregadas nos acompanhamentos com autores. No universo dos acompanhamentos realizados com as ofendidas os grupos de reflexão foram à metodologia mais empregada, assim como nos acompanhamentos realizados com os autores.

Tabela 11: Metodologias dos atendimentos prestados as ofendidas

Metodologia	Quantidade	Porcentagem
Grupo de Reflexão	04	57%
Atendimento Individual	02	29%
Acolhida	00	00%
Indeterminada	01	14%
Total	07	100%

Fonte: Pesquisa MP Eficaz Lei Maria da Penha. ESMPU/MPDFT/Anis-UnB 2014

5.8.1 Descrição dos atendimentos prestados as ofendidas

Além do processo 18, que sugere que o atendimento fora realizado mediante a metodologia de acolhimento o qual já ficou evidenciado não se adequar a acompanhamento realizado com a ofendida, o relatório do processo 5 também não trouxe descrição do acompanhamento, afirmando apenas que a ofendida participou de grupo de reflexão sem especificar temas trabalhados, ações desencadeadas ou detalhes da participação da ofendida.

Entre os relatórios que apresentaram a descrição de atendimento individual, o relatório do processo 12 elencou os aspectos tratados no acompanhamento com a

ofendida: “história de vida, relacionamento conjugal e familiar, separação conjugal, papéis familiares, padrões de comunicação, gênero, trabalho, dependência química, entre outros”.

O relatório do processo 19 apresentou descrição em que, substituindo as temáticas tratadas, como tem sido comum nos relatórios, foram apresentados os objetivos do acompanhamento:

Os atendimentos com a Sra. [...] consistiram em refletir qual seria a sua responsabilidade quanto à violência perpetrada entre ela e sua filha, de maneira a tentar romper com um padrão de desresponsabilização de si quanto a situação de violência em que se encontrava, como forma de buscar meios próprios de prevenir possíveis episódios de violência entre ela e sua filha, sem esperar que terceiros façam por ela.

Os processos em que estão contidos os relatórios supracitados são dos anos de 2008 (12) e 2011 (19). Observa-se distinção importante entre ambos. O relatório do processo 12 sugere que o acompanhamento teve direcionamento semelhante aos atendimentos realizados com os autores, no sentido da diversidade de temas abordados, todos relacionados aos episódios de violências vividos pelas ofendidas, que tem como objetivo provocar na ofendida reflexões sobre a relação, a violência e gênero. O relatório do processo 19 apresentou uma perspectiva de responsabilização da ofendida pela violência sofrida. Observa-se que constou entre os objetivos do acompanhamento, auxiliar a ofendida a encontrar meios próprios de prevenir agressões, não bastando, enfatizou-se a necessidade de que a ofendida não espere proteção de um agente externo, sendo responsabilidade dela se proteger.

À medida que o trabalho com os autores é importante, dentre outros motivos, por atuar com os agentes ativos da violência buscando desconstruir a naturalização da violência, de modo geral e em específico contra as mulheres, o relatório do processo 19 apresentou o objetivo de induzir a ofendida a refletir sobre as reponsabilidades dela sobre os eventos de violência. Ressalta-se que a responsabilização pelo evento de violência costuma ser objetivo dos acompanhamentos realizados com os autores, desse modo se observa contradição no relatório em referência. Uma informação que pode contribuir para compreensão dessa contradição se refere ao fato de que o evento de violência processado é distinto dos demais casos, aqui analisados. No processo 19 as agressões se deram na relação entre mãe e filha, possivelmente por se tratar de uma violência intrafamiliar não conjugal o acompanhamento teve temáticas específicas. Observa-se ainda que não houve referência a categoria gênero entre os assuntos tratados.

5.8.1.1 Os grupos de reflexão com as ofendidas

Entre os relatórios (3) que apresentaram a metodologia de grupo, o documento contido no processo 11 trata de acompanhamento prestado pelo NAFAVD. Com pode ser observado a seguir, o acompanhamento apresenta conteúdos semelhantes aos tratados no acompanhamento individual registrado no relatório do processo 12. Conforme o relatório, no grupo:

[...] buscou-se trabalhar diferentes aspectos de sua dinâmica familiar [da ofendida] como padrões de comunicação, separação conjugal, cuidados parentais, papéis familiares, construção de uma relação de autoridade e afetividade com os filhos, entre outros. Além disso, buscou-se trabalhar questões referentes à sua história de vida conjugal e familiar, bem como oferecer um espaço de apoio, escuta e reflexão acerca do contexto em que a ofendida está inserida (processo 11).

Destacam-se enquanto semelhantes o trato de assuntos referentes à história de vida da ofendida, separação conjugal, papéis familiares e cuidados parentais, modos de comunicação, além de aspectos dos relacionamentos conjugais e familiares. Nesse sentido, se observa que a opção pelo acompanhamento em grupo ou individual não interfere, necessariamente, no conteúdo das abordagens.

Os demais relatórios (2) resultaram do encaminhamento das ofendidas para grupos realizados no UniCEUB, Centro Universitário que tem parceria com o NAFAVD. O relatório do processo 14 apresentou descrição sintética sobre os assuntos que foram tratados no grupo: “foram trabalhados temas como ciclo de violência, significação dos papéis de gênero, Lei Maria da Penha, relacionamento conjugal e familiar, projeto de vida, autoimagem, autoestima, autoconfiança, entre outros”.

O relatório do processo 17 apresenta os objetivos do acompanhamento e em seguida elenca os temas abordados com a finalidade de que os objetivos sejam alcançados:

a) minimizar os danos psíquicos causados pela vitimização continuada; b) prevenir a recorrência de relacionamentos abusivos; c) identificar os fatores que contribuem para a construção e manutenção da violência no casal; d) promover a consciência dos motivos pelos quais é mantido o vínculo entre vítima e agressor; e) desenvolver a capacidade para reconstruir a própria vida longe do agressor. Para isto, foram trabalhados temas como: lei 11.340/06; autoimagem, autoestima e autoconfiança; significação dos papéis de gênero; sobrecargas dos papéis masculinos e femininos; causas e consequências da violência conjugal; desavenças e diálogos entre o casal; o papel do homem e da mulher na criação do ciclo de violência; aspirações e metas individuais para o futuro.

Nota-se que o relatório do processo 17 foi construído com maior riqueza de detalhes que o observado na maioria dos relatórios, não se restringindo a aqueles que

descrevem atendimentos realizados com ofendidas. Evidencia-se ainda o claro direcionamento dos temas ao combate dos aspectos que compõem a violência doméstica, essa afirmação não desqualifica os demais relatórios nesse quesito, no entanto, se ressalta quantidade e organização das informações.

Em comparação com o relatório do processo 14, se observam semelhanças entre temas trabalhados, essa semelhança também se estabelece com os acompanhamentos realizados pelo NAFVD. Desse modo se pode afirmar que a partir da análise das descrições contidas nos relatórios, os atendimentos realizados no UniCEUB são coerentes com a proposta de encaminhamentos das ofendidas.

Considerações Finais

O cenário observado revela que o NAFAVD, principal serviço de referência no atendimento a autores de violência doméstica contra a mulher no DF, congrega pontos previstos nas diretrizes disponíveis no Brasil, para implementação de serviços do gênero, mas também entra em conflito com esses mesmos documentos.

As confluências com os documentos publicados pelo ISER e SPM-PR dizem respeito principalmente às metodologias de atendimento e aos conteúdos trabalhados com os autores. Quanto às divergências se destaca o fato de o serviço atender autores e ofendidas contrariando as diretrizes da SPM-PR veta tal possibilidade. Ainda segundo a publicação da SPM-PR os serviços de atendimento a autores deveriam compor a rede de combate à violência doméstica contra a mulher, mas não poderiam ser de responsabilidade do mesmo órgão que coordena ações de assistência às ofendidas. No entanto o NAFAVD é vinculado a Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – SEMIDH, o mesmo órgão responsável pelas iniciativas de assistência às ofendidas no DF.

Observou-se que o NAFAVD reproduz características comuns a maioria dos serviços estudados no país. A SCP como principal via de encaminhamento ao serviço é uma das características comuns a vários serviços de atendimento a autores no Brasil. Ressalta-se a peculiaridade dessa forma de acesso dado seu caráter compulsório em virtude do encaminhamento figurar como condição para suspensão processual, como foi observado nesse estudo. Acrescenta-se a características em comum aos resultados dos levantamentos nacionais, os estudos feministas de gênero como orientadores e conteúdos das atividades desenvolvidas com os autores.

A frequência aos atendimentos apresentou regularidade superior nos casos em que os autores frequentavam o NAFAVD como cumprimento de condição da SCP. As ofendidas também apresentaram frequência regular aos atendimentos com o diferencial de que não foram obrigadas a participar.

No que se refere à equipe que conduziu os atendimentos, ficou evidenciado que no período que abrange a amostra – 2007 a 2011 – houve predominância dos profissionais de Psicologia. As razões para absoluta maioria foram esclarecidas pela atual gerente do NAFAVD que explicou se tratar de uma questão burocrática relacionada ao cadastro de reservas do concurso realizado pelo órgão ao qual o NAFAVD se vincula. Ressalta-se que em processo seletivo realizado no ano de 2013

por ocasião de parceria do NAFAVD com o DEPEN foram selecionadas diversas profissões, dentre elas profissionais de Serviço Social, Pedagogia e Ciências Sociais.

As metodologias de atendimento empregadas pelo NAFAVD também se correlacionam com a realidade identificada pelos levantamentos nacionais. Predominam a metodologia de grupos de reflexão seguida dos atendimentos individuais – tanto para autores como para as ofendidas – ambos sendo iniciados com uma acolhida onde os autores são recepcionados e apresentados ao programa.

Os atendimentos que tiveram como público-alvo os autores trataram de temas relacionados à LMP, controle da raiva, solução pacífica de conflitos, comunicação não ofensiva, respeito mútuo, álcool e outras drogas. Entre os objetivos expostos nos relatórios constaram a conscientização dos autores de suas responsabilidades pelas ocorrências de violência e a desconstrução dos papéis tradicionais de gênero.

Nos atendimentos com as ofendidas também predominou a metodologia de grupos de reflexão. Foram abordadas temáticas relacionadas à dinâmica familiar e conjugal, bem como, temas particulares a percepção das ofendidas de si próprias no sentido de contribuir para formação de uma autoimagem positiva. Outros temas comuns aos atendimentos com os autores também foram tratados como a comunicação não violenta e os papéis de gênero.

Outras características inferidas dos relatórios dizem respeito à irregularidade dos procedimentos no NAFAVD. As descrições dos atendimentos registrados nos relatórios foram irregulares. Em determinados casos a abordagem foi ampla e diversa, em temas e objetivos, enquanto em outros apresentaram descrições econômicas. Vale ressaltar que os relatórios analisados foram os documentos produzidos pelas profissionais do NAFAVD para informar juízes e promotores como se deram os acompanhamentos psicossociais.

O retrato do NAFAVD obtido com esse estudo evidencia que o serviço tem grande potencial de transformação social, sobretudo por que atuar junto aos agentes ativos e passivos da violência doméstica contra a mulher oferecendo a eles informações e possibilidade de reflexão sobre seus papéis nos contextos violentos. No entanto para que o serviço possa atingir seus objetivos ele deve ser reconhecido como estratégico para o combate a violência doméstica, de modo que ele seja aprimorado e estruturado. O documento de parâmetros técnicos do ISER se mostra um subsídio importante para esse processo.

Referências Bibliográficas

ACOSTA, Fernando; FILHO, Antônio Andrade; BRONZ, Alan. *Conversas Homem a Homem: Grupo Reflexivo de Gênero*. (Fernando Acosta, Org.). Rio de Janeiro: [s.n.], 2004. Disponível em: <http://www.noos.org.br/userfiles/file/metodologia_port.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2015.

AGUIAR, Luiz Henrique Machado De. *Gênero e masculinidades follow-up de uma intervenção com homens autores de violência conjugal*. 2009. 175 f. Universidade de Brasília, 2009.

AMADO, Roberto Marinho. *Os serviços de educação e responsabilização para homens autores de violência contra as mulheres : uma análise de quadros interpretativos*. 2014. 87 f. Universidade de Coimbra, 2014.

ANDRADE, Leandro Feitosa; PRATES, Paula Licursi. GRUPOS REFLEXIVOS COMO MEDIDA JUDICIAL PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: O CONTEXTO SÓCIOHISTÓRICO. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10*, Florianópolis, set. 2013. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386779075_ARQUIVO_PaulaLicursiPrates.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2015.

ANIS, Instituto de Bioética Direitos Humanos e Gênero. *MP Eficaz Lei Maria da Penha – Avaliação da efetividade da intervenção do sistema de justiça do Distrito Federal para a redução da violência doméstica e familiar contra a mulher*. . Brasília-DF: [s.n.], 2014.

BRANCO, Ana Luiza Uchoa de Abreu. *A PRÁTICA DO PSICÓLOGO EM UM PROGRAMA DE ATENDIMENTO A FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA*. 2010. 38 f. Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2010.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de 05 de outubro de 1988*. . Brasil: [s.n.]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 18 jun. 2015. , 1988

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. , 2006 a, p. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica . Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>.

BRASIL. *LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995*. . Brasil: [s.n.]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9099.htm>. , 1995

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações Técnicas sobre o PAIF*. 1ª. ed. Brasília: MDS, 2012. v. 2.

BRASIL, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres*. Brasília: SPM, 2006b.

CALAZANS, Myllena; CORTES, Iáris. O processo de criação, aprovação e implementação da Lei Maria da Penha. In: CAMPOS, CARMEN HEIN DE (Org.). . *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 39 – 63.

CAMPOS, Carmen Hein De. Razão e Sensibilidade: Teoria Feminista do Direito e Lei Maria da Penha. In: CAMPOS, CARMEN HEIN DE (ORG.) (Org.). . *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 1 – 12.

CAMPOS, Carmen Hein De; CARVALHO, Salo De. Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira. In: CAMPOS, CARMEN HEIN DE (ORG.) (Org.). . *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. 1 ed ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 143 – 169. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/02/LMP_editado_final.pdf>.

CAMPOS, Carmen Hein De; CARVALHO, Salo De. Violência doméstica e Juizados Especiais Criminais: análise a partir do feminismo e do garantismo. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 2, p. 409–422, 2006.

COELHO, Carolina Marra Simões; NATIVIDADE, Cláudia; GAETANI, Rebeca Rohlfs Barbosa. Intervenção grupal nos casos de violência de gênero: direitos humanos e emancipação. *Fazendo Gênero - Corpo, Violência e Poder*, p. 7, 2008.

COSTA, Bruna Santos. *MULHERES, VIOLÊNCIA E DIREITO: A SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO E A LEI MARIA DA PENHA Trabalho*. 2014. 57 f. Universidade de Brasília, 2014.

DEBERT, Guita Grin; OLIVEIRA, Marcella Beraldo De. Os modelos conciliatórios de solução de conflitos e a “violência doméstica”. *Cadernos Pagu*, Pesquisa inicial Proic; modelos conciliatórios de solução de conflitos, n. 29, p. 305–337, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000200013&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 16 set. 2013.

FIGUEIRA, Kamila Thais da Silva. *O ATENDIMENTO AOS AUTORES DA VIOLÊNCIA CONJUGAL CONTRA A MULHER: UM ESTUDO DE CASO*. 2011. 1-119 f. Universidade de Brasília, 2011.

ISER, Instituto de Estudos da Religião. *Documento base para a elaboração de parâmetros técnicos para os serviços de educação e responsabilização de homens autores de violência doméstica contra mulheres*. (Fernando Acosta & Barbara Musumeci Soares, Org.). [S.l: s.n.], 2012. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/01/ISER_responsabilizacao-autores-de-violencia-contra-mulheres.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2015.

LAVIGNE, Rosane M. Reis. Caso Fonaje: o ativismo de juízes integrantes do Fórum Nacional dos Juizados Especiais – Fonaje no processo de elaboração da Lei Maria da Penha. In: CAMPOS, CARMEN HEIN DE (ORG.) (Org.). . *Lei Maria da Penha*

comentada em uma perspectiva jurídico-feminista. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 65 – 92. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/02/LMP_editado_final.pdf>.

LIMA, Daniel Costa; BÜCHELE, Fátima. Revisão crítica sobre o atendimento a homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 2011. , v. 21, n. 2, p. 721–743.

MELLO, Erica Janecek De. *Estudos de gênero no âmbito das Ciências Sociais: material de apoio para o professor de Sociologia do Ensino Médio*. Disponível em: <http://ensinosociologia.fflch.usp.br/sites/ensinosociologia.fflch.usp.br/files/2010-1-Erica_Janecek-Estudos_de_genero_no_ambito_das_Ciencias_Sociais-1-texto.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2015.

MORAES, Aparecida Fonseca; RIBEIRO, Letícia. As políticas de combate à violência contra a mulher no Brasil e a “responsabilização” dos “homens autores de violência”. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, n. 11, p. 37–58, 2012.

NOOS. *Relatório Mapeamento de Serviços de atenção grupal a homens autores de violência contra mulheres no contexto brasileiro*. (Adriano Beiras, Org.). Rio de Janeiro: [s.n.], 2014.

PEREIRA, Sheila Cristina. *A atuação do poder público brasileiro frente aos agressores de violência doméstica contra a mulher*. 2014. 66 f. Universidade Federal de São Paulo, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. 2002.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *São Paulo em Perspectiva*, v. 13, n. 4, p. 82–91, 1999.

SANTOS, Michelle de Oliveira. *A intervenção junto aos autores de violência contra mulheres: uma contribuição às Políticas Públicas de enfrentamento à violência contra mulheres*. 2013. 62 f. Universidade de Brasília, 2013.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria Útil Para Análise Histórica. *Educação & Realidade*, p. 1–35, 1995.

SILVEIRA, DENISE TOLFO; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto; A pesquisa científica. *Métodos de Pesquisa*. 1 ed. ed.Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 120.

SPM-PR, Secretaria de Políticas para as Mulheres - Presidência da República; *Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres*. Brasília: Ideal Gráfica e Editora, 2011.

TOZATTE, Lucidalva Maiostre. *Medidas despenalizadoras nos Juizados Especiais Criminais Estaduais – Lei nº 9.099/1995*. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10007>. Acesso em: 20 maio 2015.

VERAS, Gabriella Galdino; CUNHA, Luisa Nunes Da. A Lei Maria da Penha sob uma perspectiva do direito feminista. *Padê*, p. 1–16, 2010. Disponível em: <<http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/pade/article/view/1083/990>>

.

APÊNDICE

Instrumento de Coleta de Dados

Identificação do processo

XXXX.XX.X.XXXXXX-X

Processo com ou sem SCP

Com SCP () Sem SCP ()

O encaminhamento foi uma condição da SCP

Sim () Não ()

Parte atendida

Autor () Ofendida () Familiares ()

Quantidade de sessões

XX

Frequência aos atendimentos

Sim regularmente () Sim irregularmente () Não ()

Composição da equipe que realiza o atendimento

Psicóloga () Assistente Social () Pedagoga () Antropóloga () Socióloga ()

Metodologia dos atendimentos

Grupo de Reflexão () Atendimento Individual () Acolhida/Escuta ()

ANEXO I



ANÁLISE DE PROJETO DE PESQUISA

Título do Projeto: AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DA INTERVENÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL PARA A REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Número do projeto: 19/06/2012

Com base nas Resoluções 196/96, do CNS/MS, que regulamenta a ética da pesquisa em seres humanos, o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, após análise dos aspectos éticos, resolveu **APROVAR** o projeto intitulado “AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DA INTERVENÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL PARA A REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER”.

O pesquisador responsável fica notificado da obrigatoriedade da apresentação de um relatório final sucinto e objetivo sobre o desenvolvimento do Projeto, no prazo de 1 (um) ano a contar da presente data (itens VII.13 letra “d” e IX.2 letra “c” da Resolução CNS 196/96).

Brasília, 22 de julho de 2012.

Debora Diniz

Coordenadora Geral – CEP/IH

ANEXO II**TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE INFORMAÇÕES E
CÓPIAS DE DOCUMENTOS PARA FINS DE PESQUISA**

NOME xxx, portadora do documento de identificação de nº xxx do CPF nº xxx, domiciliada em xxx , CEP xxx , telefone xxx , DECLARA estar ciente:

- a) De que as informações e as cópias de processos judiciais e outros documentos obtidas no âmbito do projeto **MP Eficaz – Lei Maria da Penha**, vinculado à organização não governamental **Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero**, serão utilizadas exclusivamente para fins de pesquisa;
- b) De que os processos judiciais e documentos aos quais obterá acesso e/ou cópias no âmbito do referido projeto são de propriedade institucional da Anis e serão armazenados exclusivamente em suas dependências, de onde não deverão ser retirados;
- c) De que as cópias dos processos judiciais e documentos objetos deste termo não podem ser repassadas a terceiros;
- d) Da obrigatoriedade de manter sigilo sobre os dados coletados e de preservar a privacidade dos sujeitos envolvidos na pesquisa;
- e) Das restrições a que se referem os art. 4 e 6 da Lei nº 8.159 de 08.01.1991 (Lei de Arquivos); da Lei nº 9610, de 19.02.1998 (Lei de Direitos Autorais); dos art. 138 e 145 do Código Penal, que prevê os crimes de calúnia, injúria e difamação; bem como da proibição, decorrente do art. 5º, inciso X, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, de difundir as informações obtidas que, embora associadas a interesses particulares, digam respeito à honra e à imagem de terceiros;
- f) De que a pessoa física ou jurídica responsável pela utilização dos processos e documentos terá inteira e exclusiva responsabilidade, no âmbito civil e penal, a qualquer tempo, sobre danos materiais ou morais que possam advir da divulgação das informações contidas nos documentos, bem como do uso das cópias fornecidas, eximindo, conseqüentemente, de qualquer responsabilidade, a Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero.

Brasília, 04 de fevereiro de 2013.

ASSINATURA